



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

**ATA DA 5ª REUNIÃO BIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO
DO SWAP II PELO COGERF**

Reunião de Acompanhamento das Metas SWAP II pelo COGERF

Data: 05/04/10

Participantes:

Nº	NOME	ÓRGÃO	CARGO
Membros do COGERF			
01	Desiree Custórdio Mota	SEPLAG	Secretária de Planejamento e Gestão
02	João Marcos Maia	SEFAZ	Secretário da Fazenda
03	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto	CGE	Controlador e Ouvidor Geral do Estado
04	Arialdo de Mello Pinho	Casa Civil	Chefe da Casa Civil
Outros:			
05	Philipe Theophilo Nottingham	SEPLAG	Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
06	Carlos Eduardo Sobreiro	SEPLAG	Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
07	Jurandir Gurgel Gondim Filho	SEFAZ	Coordenador de Administração Fazendária
08	Ricardo da Costa e Silva	SECITEC	Orientador da Célula e Suporte à Inovação Tecnológica
09	Raimir Holanda Filho	SECITECE	Coordenador do NUINF
10	Vera Coelho	SESA	Coordenadora de Políticas e Atenção à Saúde
11	Eveline Barbosa	IPECE	Diretora Geral
12	Cristina Medeiros	IPECE	Assessora de Coordenação do Projeto SWAP II

I Introdução

- Às 16:35 iniciou-se a reunião de Acompanhamento do SWAP II pelo COGERF.
- Eveline Barbosa - IPECE cumprimentou os membros presentes e iniciou a apresentação (ANEXO I)

II. Proposta de Mudança da periodicidade das Reuniões

- Foi discutido a proposta de mudança da periodicidade das Reuniões de bimestral para trimestral, mas a mesma não foi aprovada.

III. Acompanhamento das Metas SWAP II

III. 1 Acompanhamento das Metas SWAP II de 2010 - Posição de 28/02/2010

- Eveline Barbosa apresentou a posição de 28/02/2010 das Metas SWAP II de 2010, informando que a maioria das metas estão com bom desempenho, no entanto ter-se-ia desafios em três da SESA e um Programa Elegível da SECITECE.

III. 2 Apresentação SESA

A) PROBLEMA

Vera Coelho explicou a situação a seguir:

- O que são as três metas com problema (ANEXO I)
- Informou que as Assistências Técnicas são fundamentais para o cumprimento das metas
- Informou que as licitações destes projetos tem sido desertas.

B) PLANO DE AÇÃO

Vera Coelho fez as seguintes propostas para solucionar os problemas acima citados:

1. Contratar a Empresa RS2 que foi a única empresa a se manifestar para o Projeto de Capacitação em AMQ, com a aprovação do BM que já sinalizou a viabilidade. Como é de conhecimento que essa empresa foi contratada pela CGE aproveitou a oportunidade para saber do desempenho da mesma do Secretário Aloísio. Este respondeu que a empresa tem atendido bem a CGE.
2. Contratar 21 Articuladores para os 21 Centros Regionais de Saúde para realizar os treinamentos para as equipes de AMQ faltantes (de 1751 foram avaliadas 134 e a meta para este ano é de 350).
3. Incluir a realização da AMQ como critério para repasse de 40% dos recursos do FECOP aos municípios.
4. Adquirir mais 5 equipamento de TI para possibilitar a implantação dos sistemas de custos requeridos na meta.

C) SOLUÇÃO

Os membros do COGERF aprovaram as seguintes propostas conforme DELIBERAÇÃO COGERF No 55 (ANEXO II).

- A proposta 2 está a principio aprovada mas foi solicitado que a Vera Coelho trouxesse na próxima reunião do COGERF, detalhe e valores da proposta de contratação de 21 articuladores por meio de contrato de terceirização,
- A proposta 4 deve utilizar os recursos da fonte 48 do SWAP II que estava alocado para o projeto de Capacitação de AMQ e que será atendido pela proposta 2. Para isto Vera Coelho ficou de elaborar uma proposta ao Governador da realocação destes valores (US\$209 mil) no MAPP para completar o Projeto de Assistência Técnica da SESA já existente no Plano de Licitações do SWAP II de compra de Bens (existe projeto para compra de 10 equipamentos mas a necessidade é de 15).

III. 3 Apresentação SECITECE

A) PROBLEMA

- Raimir Holanda explicou os problemas de execução do Programa 033 - Ceará Digital que sinaliza a impossibilidade de não cumprimento da meta por não terem projetos suficientes no MAPP, visto que os mesmos foram propostos, mas não aprovados.

B) SOLUÇÃO

Os membros do COGERF aprovaram as seguintes propostas conforme DELIBERAÇÃO COGERF No 56 (ANEXO II):

- Realizar uma análise de todos os projetos da SECITECE no MAPP que existe possibilidade de não serem realizados em 2010 e propor ao Governador a transferência das mesmas para as ações elegíveis do Programa Ceará Digital, explicando e justificando esta proposta ao Governador para atender a necessidade de cumprimento dessa meta.
- Ricardo da Costa e Silva e Raimir Holanda ficaram de realizar esta tarefa e enviar uma posição à Coordenação do SWAPII até sexta feira, dia 09/04/2010.

IV. Desembolsos

- Foi apresentada por Eveline Barbosa a previsão dos próximos desembolsos (ANEXO I)

V. Temas para o Relatório Produto Resultado 2010

Foi apresentado por Eveline Barbosa a lista de dez temas para escolha de cinco pelo COGERF (ANEXO III) e desses, após discussão entre os membros do COGERF, foram aprovados os de número 1,3,4,7 e 10 listados abaixo:

1. Meio Ambiente: Destinação Final dos Resíduos Sólidos;
3. Redução das Desigualdades Sociais: Empregos Formais RMF e Interior;
4. Redução das Desigualdades Sociais: Distribuição de Renda no Estado;
7. Educação: Avaliação do Desempenho da Aprendizagem;
10. Saúde: Atendimento à População em Consultas e Exames Especializados em Unidades Públicas do Estado.

VI. Apresentação dos três Relatórios Produto Resultado de 2009

- Eveline Barbosa apresentou os integrantes da equipe de elaboração dos Relatórios e passou a apresentação para Leandro. Além dos presentes na sala, neste momento vieram participar desta apresentação as seguintes pessoas:

Nº	NOME	ÓRGÃO	CARGO
01	José Bartolomeu Cavalcante	SDA	Coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural
02	Leandro Oliveira	IPECE	Analista de Políticas Públicas
03	Débora Gaspar	IPECE	Analista de Políticas Públicas
04	Daniel Lavor		Consultor Externo

- A elaboração dos Relatórios Produto Resultados é uma meta da SEPLAG (vide Indicador 4: Número de “ Relatórios Produtos – Resultados” (RPR) validados pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG, no ANEXO I) no entanto a coordenação da elaboração destes relatórios ficou com o IPECE sob supervisão de Leandro Oliveira. Esclarece-se que a apresentação e a validação dos Relatórios pelo COGERF é parte integrante da meta.
- Foi apresentado por Leandro Oliveira os três relatórios Produto Resultados elaborados (ANEXO IV) nos Temas:
 1. A Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará;
 2. O Analfabetismo no Ceará;
 3. População Beneficiada pelo Esgotamento Sanitário da CAGECE.
- Os relatórios Produto Resultados foram discutidos e aprovados pelo COGERF (ANEXO V)

VI. ENCERAMENTO DA REUNIÃO

Às 20:30 h Eveline Barbosa agradeceu a participação de todos e a reunião foi encerrada

ANEXOS:

ANEXO I - Apresentação do Acompanhamento do SWAP II pelo COGERF.

ANEXO II – Deliberação do COGERF No 56

ANEXO III - Lista de dez temas para escolha de cinco pelo COGERF para os Relatórios Produto Resultados 2010

ANEXO IV- Relatórios Produto Resultados 2009 (está sendo disponibilizado no site do IPECE)

ANEXO V – Deliberação do COGERF No. 55

ANEXO I

OPERAÇÃO Swap II

**ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO SWAP II
PELO COGERF
05 de Abril de 2010**

OPERAÇÃO Swap II

- 1 - Proposta de Mudança: Periodicidade Reuniões COGERF para Trimestral**
- 2 - Acompanhamento do Desempenho da Operação SWAP II**
- 3 - Desembolsos**
- 4 - Relatórios Produto-Resultado 2010**
- 5 - Validação dos Relatórios Produto-Resultado 2009**

1 - PROPOSTA DE MUDANÇA: Reuniões de Acompanhamento Trimestral

- Proposta:
- ✓ Modificar periodicidade reuniões de Acompanhamento do SWAP II de Bimestral (Deliberação COGERF 376/2009 de 16/06/09) para Trimestral, conforme Manual Operacional do SWAP II – item II B xi do Decreto nº 29.647 de 02/2009.

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Desempenho dos Indicadores Primários

Saúde	SESA	7a. Percentual de Equipes de PSFIAB classificadas no sistema de classificação de qualidade do AMQ.	25%	7,75%																
		7b. Percentual de Equipes de PSFIAB classificadas num ano anterior que melhoram sua classificação de qualidade do AMQ.	25%	0																
		8. Número de hospitais públicos e particulares no Estado licenciados de acordo com a Lei no. 8.437/1977.	10	16																
		9. Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais polo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA.	15	-																
Água & saneamento	SRH	10. Percentual de faturamento da Água Bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aquicultura.	≥27%	23%																
	CAGECE	11.a Número de ligações urbanas de água.	198.708	203.881																
		11.b Número de ligações de esgotos.	88.717	90.143																
		12. Percentual de perda de água.	≤27%	25,68%																
Negócios & Inovação	ETICE	13. Número da população urbana total dos principais centros municipais com acesso a serviço de Internet banda larga.	3.311.300	3.148.165																
	SEFAZ	14. Percentual de registros empresariais no CGF (Cadastro Geral da Fazenda) concluídos dentro de 72 horas.	≥20%	32,58%																

Legenda:  Probabilidade alta de atingir a meta  Probabilidade intermediária de atingir a meta  Probabilidade baixa de atingir a meta

Fonte: PAD (Project Appraisal Document) de 29 de Agosto de 2008 - pgs. 78 a 82

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Indicadores Primários com Problemas

- SESA

Indicador 7a: Percentual de equipes de PSF/AB classificadas no sistema de classificação de qualidade do AMQ.

- ✓ Problema
- ✓ Plano de Ação

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Indicadores Primários com Problemas

- SESA

Indicador 7b: Percentual de Equipes de PSF/AB classificadas num ano anterior que melhoram sua classificação de qualidade do AMQ.

- ✓ Problema
- ✓ Plano de Ação

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Indicadores Primários com Problemas

- SESA

Indicador 9. Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais polo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA.

- ✓ Problema

- ✓ Plano de Ação

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Desempenho dos Programas Elegíveis

Estimativa de Despesas para o período Janeiro - Dezembro de 2010 - **REGRA 70%**

Setorial	Cód. Programa / Descrição PROGRAMA	Orçamento 2010 Jan - Dez (a)	Orçamento 2010 Até 28/02/2010 (b)	Realizado (até 28/02/2010) (c)	Realizado/P revisto (%) (c)/(b)
SECITECE	033 Ceará Digital	6.090.716,0	1.015.120,0	26.523	2,61%
SEDUC	041 Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	97.089.453,0	16.181.576,0	8.082.255,9	49,95%
SEDUC	048 Qualidade da Educação Básica	8.390.269,0	1.398.378,0	105.491	7,54%
SEDUC	058 Cooperação Estado e Município	602.947.094,0	100.491.182,0	131.189.101,0	130,55%
SECITECE	194 Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional	56.501.712,0	9.416.952,0	6.429.348	68,27%
SECITECE	196 Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico	12.359.638,0	2.059.940,0	124.500	6,04%
SESA	535 Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	221.621.497,0	36.936.916,0	11.219.694,6	30,38%
SESA	536 Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	1.241.500,0	206.916,0	0	0,00%
SESA	554 Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	18.636.118,0	3.106.020,0	0	0,00%
CIDADES	711 Saneamento Ambiental do Ceará	13.194.019,0	2.199.004,0	505	0,02%
TOTAL		1.038.072.016,00	173.012.004,00	157.177.418,9	
Valor Limite do Desembolso [30% * TOTAL]		726.650.411,20	121.108.402,80		

Posição em: 28-fev-10

2 - ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO SWAP II: Programa Elegível com Problema

- SECITECE: Programa 033 – Ceará Digital
 - ✓ Problema
 - ✓ Plano de Ação

3 - Desembolsos

SWAP II - Cálculo do Valor Previsto a ser desembolsado em 2010, 2011 e 2012

Descrição do Cálculo	Protocolo de Cálculo	Valor US\$
Valor inicialmente previsto para Março/2010	Conforme Contrato	26,940,000.00
(-) 10% referente ao não cumprimento em 2009 do Programa Elegível 033 –Ceará Digital (SECITECE)	$26,940,000.00 * 10\% =$ 2,694,000.00	2,694,000.00
Valor base previsto para efeito de calculo do valor por indicador	$26,940,000.00 - 2,694,000.00 =$ 24,246,000.00	24,246,000.00
Valor previsto por indicador (correspondente aos 14 indicadores primários)	$24,246,000.00 / 14 =$ 1,731,857.14	1,731,857.14
(-) valor retido de dois indicadores da SESA não cumpridos em 2009	$1,731,857.14 * 2 =$ 3,462,000.00	3,462,000.00
Valor previsto para Março/2010 sendo cumpridos 12 indicadores primários e 9 Programas Elegíveis	$24,246,000.00 - 3,462,000.00 =$ 20,782,285.71 ou $1,731,857.14 * 12 =$ 20,782,285.71	20,782,285.71

3 - Desembolsos

Valor Previsto Março/2010		20,782,285.71
Valor inicialmente previsto para Setembro 2010	Conforme Contrato	26,940,000.00
(+) Valor retido até os dois indicadores da SESA serem cumpridos	$1,731,857.14 * 2 = 3,462,000.00$	3,462,000.00
Valor previsto para Setembro 2010, caso os indicadores da SESA sejam cumpridos até Setembro 2010	$26,940,000.00 + 3,462,000.00 = 30,403,714.29$	30,403,714.29
Valor Previsto Setembro 2010		30,403,714.29
Valor inicialmente previsto para Março/2011	Conforme Contrato	26,940,000.00
(+) valor retido em Março/2010 por não cumprimento do Programa Elegível 033 – Ceará Digital (SECITECE)	$26,940,000.00 * 10\% = 2,694,000.00$	2,694,000.00
Valor previsto para desembolso em Março/2010 caso todos os 14 indicadores primários e 10 Programas Elegíveis sejam cumpridos	$26,940,000.00 + 2,694,000.00 = 29,634,000.00$	29,634,000.00
Valor Previsto Março/2011		29,634,000.00
Valor inicialmente previsto para Setembro/2011	Conforme Contrato	26,940,000.00
Valor inicialmente previsto para Março/2012	Valor restante do Contrato	26.124.596,47

3 - Desembolsos

SWAP II - Sumário Total a ser Desembolsado 2010 - 2012	
Datas Desembolsos Previstos	Valores US\$
Março 2010	20.782.285,71
Setembro 2010	30.403.714,29
Março 2011	29.634.000,00
Setembro 2011	26.940.000,00
Março 2012	26.124.596,47
Sub total a ser desembolsado 2010-2012	133.884.596,47
Valor Saldo Projetos de Assistência Técnica	3.169.374,35
Valor total a ser desembolsado	137.053.970,82
Valor total já desembolsado	102.946.029,18
Total Empréstimo	240.000.000,00

4 - Sugestões de Temas para os Relatórios Produto-Resultado 2010

- MEIO AMBIENTE
 - ✓ Destinação Final dos Resíduos Sólidos.
 - ✓ Áreas Protegidas.

4 - Sugestões de Temas para os Relatórios Produto-Resultado 2010

▪ EDUCAÇÃO

- ✓ Escolaridade Média das Pessoas de 15 Anos e Mais.
- ✓ Escolarização Líquida do Ensino Médio.
- ✓ Avaliação do Desempenho da Aprendizagem.

4 - Sugestões de Temas para os Relatórios Produto-Resultado 2010

- SAÚDE
- ✓ Atendimento à População em Consultas e Exames Especializados em Unidades Públicas do Estado.

4 - Sugestões de Temas para os Relatórios Produto-Resultado 2010

- **SEGURANÇA PÚBLICA**
 - ✓ Mortalidade por Homicídio Doloso.
 - ✓ Mortalidade de Jovens de 15 a 24 Anos.

4 - Sugestões de Temas para os Relatórios Produto-Resultado 2010

- REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS
 - ✓ Empregos Formais RMF e Interior.
 - ✓ Distribuição de Renda no Estado.

5 - Validação dos Relatórios Produto-Resultado 2009

- A Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará.
- O Analfabetismo no Ceará.
- A População Beneficiada pelo Esgotamento Sanitário da CAGECE.

OBRIGADA!

OPERAÇÃO
Swap II

The background of the slide is a solid blue color. On the right side, there is a faint, light blue graphic of a globe showing latitude and longitude lines. On the left side, there is a vertical bar composed of several horizontal lines of varying lengths, creating a textured effect.

ANEXO II



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

DELIBERAÇÃO COGERF Nº 56 /2010

Dispõe sobre providências para viabilizar o alcance das metas dos indicadores de desembolso da Operação SWAP II.

Os Secretários de Estado integrantes do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, instituído pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 1º do mencionado Decreto, e considerando a Deliberação do COGERF Nº 376/2009, de 16 de junho de 2009,

RESOLVEM:

Art. 1º. Recomendar a SESA que adote as providências que se seguem, visando resolver os problemas de desempenho dos indicadores sob a responsabilidade dessa secretaria:

a) encaminhar ao COGERF proposta de contratação temporária, de 21 articuladores regionais, para atuarem no período de abril a outubro/2010, visando resolver as pendências das metas dos indicadores 7a e 7b.

b) Remanejar no Mapp, mediante solicitação da SESA ao Governador, os recursos da consultoria (Fonte 48) relacionados com o indicador 7a e 7b, para aquisição de equipamentos de TI para mais cinco hospitais-polo, visando assegurar o cumprimento da meta de 2010 do indicador 9 (15 hospitais).

Art. 2º. Recomendar a SECITECE apresentar proposta ao Governador de remanejamento de recursos entre os seus projetos do Mapp, para assegurar recursos adicionais de R\$ 1,4 milhões no programa “033 – Ceará Digital”, visando o cumprimento das metas de aplicação em programas elegíveis.

Art. 3º. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Sala de Reuniões do COGERF, em Fortaleza, 05 de abril de 2010.

Arialdo de Mello Pinho
COORDENADOR DO COGERF

João Marcos Maia
MEMBRO

Desirée Custódio Mota Gondim
MEMBRO

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
MEMBRO

ANEXO III

COMPROMISSO SEPLAG - SWAP II¹
IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS-PROBLEMA PARA TEMAS DE ESTUDO

- 1) Meio Ambiente: Destinação Final dos Resíduos Sólidos**
- 2) Meio Ambiente: Áreas Protegidas**
- 3) Redução das Desigualdades Sociais: Empregos Formais RMF e Interior**
- 4) Redução das Desigualdades Sociais: Distribuição de Renda no Estado**
- 5) Educação: Escolaridade Média das Pessoas de 15 anos e mais**
- 6) Educação: Escolarização Líquida do Ensino Médio**
- 7) Educação: Avaliação do Desempenho da Aprendizagem**
- 8) Segurança Pública: Mortalidade por Homicídio Doloso**
- 9) Segurança Pública: Mortalidade de de Jovens de 15 a 24 anos**
- 10) Saúde: Atendimento à População em Consultas e Exames Especializados em Unidades Públicas do Estado**

¹ De acordo com compromisso da operação SWAP II caberá ao COGERF indicar em 2010, 5 dentre os 10 temas aqui indicados selecionados pela SEPLAG e que serão objeto de elaboração de relatório produto-resultado a ser coordenado pelo IPECE.

ANEXO IV

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

(VERSÃO PRELIMINAR)

RELATÓRIOS PRODUTO-RESULTADO

RPR I - A POBREZA E A EXTREMA POBREZA NO CEARÁ

RPR II - O ANALFABETISMO NO CEARÁ

RPR III – O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO CEARÁ

Coordenador

Leandro Oliveira Costa

Pesquisadores Internos

Christiano Penna

Débora Gaspar Feitosa

Vitor Hugo Miro Couto Silva

Consultores Externos

Carlos Alberto Manso

Daniel Campos Lavor

Rodolfo Alves Silva

Março de 2010

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Desireé Mota - Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Eveline Barbosa – Diretor-Geral

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed.:SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

O SWAP II E OS RELATÓRIOS PRODUTO-RESULTADO

A operação SWAP (Sector Wide Approach), atualmente em sua segunda edição, tem como foco uma série de Empréstimos de Programas Ajustáveis (APL), através de uma parceria de longo prazo entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Ceará. O direcionamento destes recursos visa promover avanços sociais para os cidadãos cearenses, bem como auxiliar a modernização institucional do estado.

Dando seqüência ao empréstimo SWAP I, empréstimo no valor de US \$ 150 milhões, iniciado em Outubro de 2005 e concluído em Dezembro de 2007, que deu destaque a importância da Gestão por Resultados, a operação SWAP II tem como título “Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará”, com objetivo de oferecer apoio contínuo à agenda de desenvolvimento do Ceará. O contrato do SWAp II, no valor de US \$ 240 milhões, foi assinado em 19 março de 2009 tendo como prazo final Junho de 2012. O principal objetivo do projeto SWAp II é contribuir para a ampliação e consolidação dos avanços sociais obtidos com o primeiro empréstimo, dando apoio a competitividade e crescimento econômico do Ceará, assim como colaborando com a modernização institucional do Estado. Ademais, a operação SWAP II tem 5 objetivos específicos:

- i) Ajudar o Governo do Ceará a melhorar sua situação fiscal;
- ii) Fortalecer o sistema de Gestão por Resultados do Estado;
- iii) Promover uma melhor qualidade de serviços na Educação e Saúde;
- iv) Melhorar o acesso a água e saneamento, aumentar a recuperação dos custos do setor hídrico e melhorar a eficiência dos dois órgãos do governo responsáveis pelo abastecimento e gestão da água;
- v) Reduzir as barreiras ao investimento empresarial.

A prática da gestão por resultados é exercida a partir do monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos de governo, que são instrumentos de racionalização da alocação de recursos, de minimização de desperdícios e de

maximização dos impactos, uma vez que permitem a definição de técnicas de gestão mais eficientes desses recursos de tal forma que estes sejam utilizados a partir de critérios claros e objetivos, tendo como meta final a real melhoria das condições de vida da população.

Ademais, as atividades de monitoramento e avaliação possibilitam a verificação do grau de eficiência, de eficácia e de efetividade das ações governamentais empreendidas, auferindo seus custos e benefícios, seja durante sua implementação ou em uma etapa posterior, com vistas a corrigir ou redirecionar as ações, sempre que for necessário, de tal forma que os programas implementados pela gestão pública venham a cumprir a sua devida função social.

No contexto dos indicadores de desembolso da operação SWAP II relacionados a Gestão Por Resultado, foi acordado que a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) deveria atingir a meta de elaboração e disponibilização eletrônica de três “Relatórios de Produto-Resultado” (RPR) em 2009. Seguindo as normas do Banco Mundial para consolidação do desembolso, estes relatórios devem ser validados pelo Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) e colocados na página eletrônica da SEPLAG.

Nesse contexto, no dia 02 de agosto de 2009 ocorreu uma reunião técnica entre os representantes do IPECE, Órgão gestor do projeto Operação Swap no Estado do Ceará e o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), na qual ficou deliberado os temas que deveriam ser objeto de elaboração de três Relatórios Produto-Resultado que fazem parte das metas da SEPLAG para com a Operação SWAP II junto ao Banco Mundial. Os temas escolhidos pelo COGERF e as secretarias responsáveis são:

Relatório Produto-Resultado	Secretaria
1 - Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará	SDA
	STDS
2 – Analfabetismo no Ceará	SEDUC
3 – População Beneficiada pelo Esgotamento Sanitário da CAGECE	Cidades

De acordo com cada tema, a SEPLAG selecionou 10 programas que consideravam mais relevantes e de maior interesse para serem analisados. O IPECE, após ser designado para coordenar e participar da elaboração dos RPRs, analisou a viabilidades de informações e dados quantitativos de cada programa, para escolher 3 programas e 1 subprograma que considerou adequados para a elaboração dos relatórios. Os programas selecionados pela SEPLAG e os respectivos programas e subprogramas selecionados pelo IPECE são (marcados com a cor azul):

Relatórios	Secretarias	Programas	Subprogramas
RPR I	SDA	040 - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	
		153 - Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR – São José	
		053 – Desenvolvimento da Agricultura Familiar	
		060 – Democratização do Acesso à Terra	
	STDS	022 – Proteção Social Básica	
		020 – Segurança Alimentar e Nutricional	
066 – Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato			
RPR II	SEDUC	058 – Cooperação Estado Município	PAIC
		777 – Valorização do Servidor	
RPR III	Cidades	711 – Saneamento Ambiental do Ceará	

O IPECE designou 4 analistas do IPECE para a elaboração dos relatórios e contratou 3 consultores individuais especializados para contribuir com seus conhecimentos específicos de cada área e validar a imparcialidade das análises dos programas. Foi designado um coordenador, o analista Leandro Oliveira Costa, e

organizado três equipes para a elaboração dos relatórios. As equipes e os respectivos membros são:

- Equipe do RPR I - Pobreza
 - Membro do IPECE: Christiano Penna
 - Membro Externo: Carlos Manso
- Equipe do RPR II - Analfabetismo
 - Membro do IPECE: Débora Gaspar
 - Membro Externo: Daniel Lavor
- Equipe do RPR III - Saneamento
 - Membro do IPECE: Vitor Miro
 - Membro Externo: Rodolfo Silva

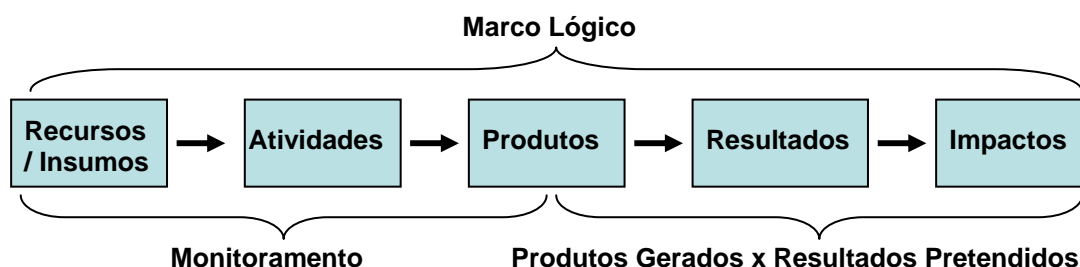
Os Relatórios Produto-Resultado são instrumentos que procuram preencher o espaço existente entre as atividades de monitoramento e de avaliação. É uma forma de avaliação “soft” que consiste em uma análise crítica do desenho do Marco Lógico do programa e de uma análise preliminar de cruzamento dos produtos gerados com os resultados que se pretende alcançar. Nesse caso procurar-se-á identificar as chances de alcance dos impactos esperados. O Manual de Operações do SWAP II expõe os três elementos essenciais que devem conter os RPRs:

1) Marco Lógico

O marco lógico é uma forma sistemática de apresentar planos, programas e projetos considerando as relações existentes entre:

- os recursos disponíveis e insumos utilizados;
- as atividades que se planeja desenvolver;
- os produtos que se quer realizar;
- os resultados e impactos que se espera alcançar.

Assim, este tipo de análise busca verificar se os elementos do marco-lógico estão encadeados de forma consistente e se os objetivos da política ou programa são realistas e factíveis. A figura abaixo tenta sintetizar a abrangência da análise do Marco Lógico.



2) *Monitoramento dos produtos da política, programa ou projeto*

Esta análise estabelece até que ponto recursos, cronograma, produtos estão acontecendo de acordo com o que foi planejado, possibilitando que decisões oportunas sejam tomadas para corrigir as distorções verificadas.

3) *Produtos gerados versus Resultados pretendidos*

Esta análise verifica até que ponto os produtos gerados favorecem o alcance dos resultados pretendidos. Procura-se, com base nas informações disponíveis, avaliar se de fato esses produtos estão afetando na melhoria de indicadores econômicos e sociais e se há boa perspectiva que as grandes transformações almejadas se tornem realidade, dado o nível de intervenção efetuado, ou seja, as evidências das intervenções que já alcançaram resultados satisfatórios, ou que falharam, são investigadas e posteriormente avalia-se o porquê destes resultados. Com isso, será possível corrigir eventuais falhas para que os impactos possam ser alcançados no prazo desejado.

Por meio dos três elementos principais do Relatório Produto-Resultado é possível recomendar mudanças de políticas que melhorem os impactos dos respectivos programas.

A POBREZA E A EXTREMA POBREZA NO CEARÁ - RPR I

O presente relatório tem como objetivo compor uma análise preliminar da Pobreza e da Extrema Pobreza no Estado do Ceará. Além dessa análise, organiza-se a adaptação do desenho da política de combate a pobreza à um modelo lógico, com vistas à composição de um Relatório Produto-Resultado.

1. A Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará

Especialmente após a publicação das metas de desenvolvimento do milênio, presentes na Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000, contemplando, entre outros, o desafio de erradicar a pobreza e a fome no mundo até 2015, a literatura sobre desenvolvimento econômico tem dado grande destaque ao fato de que qualquer conjunto de ações que objetive o progresso econômico de uma sociedade deve buscar a melhoria das condições de vida dos indivíduos, especialmente daqueles mais pobres.

Sendo assim, é imprescindível que as políticas de desenvolvimento contemplem, também, em suas avaliações, como os indivíduos de rendas mais baixas são afetados pelo processo de crescimento da renda de sua região. Esse padrão de crescimento econômico tem sido intitulado como “pró-pobre” e, embora não exista um consenso sobre sua caracterização (e.g. White e Anderson, 2000; Kalkwani e Pernia, 2000; Kraay, 2004; Son, 2004), há um natural questionamento se é possível identificar algum estilo de crescimento econômico de modo que os pobres de uma sociedade sejam proporcionalmente mais beneficiados quando comparados aos indivíduos de outras classes.

Os estudos empíricos nessa direção têm mostrado resultados diversos, o que dificulta uma análise mais precisa a respeito de um padrão de ações (Bourguignon, 2003). No centro dessa discussão, é relevante uma compreensão das relações econômicas existentes entre renda, pobreza e desigualdade. Como lembrado por

Lopez, H. e L. Serven (2004), a interação entre essas três variáveis possibilitaria as condições necessárias para se diagnosticar, especialmente em economias em desenvolvimento, em que magnitude o aumento da renda ou a redução da desigualdade impactariam na redução da pobreza.

Nessa direção, o chamado crescimento “pró-pobre” ocorre sempre que há expansão da renda acompanhada de redução das desigualdades. Esse tipo de crescimento, portanto, sugere que quando indivíduos mais pobres se beneficiam proporcionalmente mais dos avanços econômicos - o que indica redução dos custos sociais provocados pelos altos níveis de concentração de renda - aumenta-se também o bem-estar do conjunto da sociedade. Dessa forma, principalmente em regiões com altos níveis de pobreza e desigualdade, e cujo objetivo seja o aumento do bem-estar social, o crescimento econômico deve sempre vir acompanhado de redução da concentração de renda.

Após o Plano Real, o Brasil iniciou uma trajetória importante no que se refere à redução dos seus níveis de pobreza e de desigualdade, especialmente devido ao fim do imposto inflacionário, da expansão de programas sociais e da melhoria no funcionamento no mercado de trabalho (Barros *et al.*, 2007). É bem verdade que a distribuição espacial da pobreza e suas reduções podem estar influenciadas por diversos fatores que ao mesmo tempo interagem entre si: alguns estados podem direcionar mais fortemente as políticas, por exemplo, para as zonas rurais - onde há maior contingente de pobres - enquanto outros por terem níveis baixos de desigualdade preocupam-se em desenhar programas com maior foco na expansão da renda. Outras localidades, utilizando-se de programas sociais mais intensos, canalizam seus esforços nas ações que produzam impactos mais diretos sobre os mais necessitados. Por fim, a própria ação do governo federal, de forma diferenciada, em determinadas regiões, pode contribuir para um padrão distinto de crescimento da renda e de redução da pobreza.

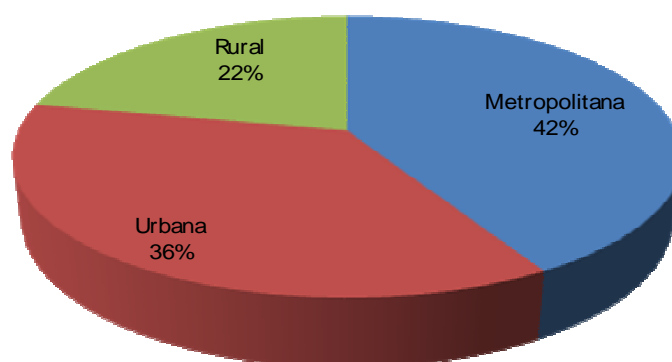
O estado do Ceará, sendo um dos estados mais pobres da federação, está sujeito também a todas essas complexidades e torna-se oportuno verificar a redução de sua pobreza, especialmente após o Plano Real, com os efeitos dos impostos inflacionários sendo minimizados. Além disso, como o elevado contingente de pessoas pobres não se distribui uniformemente entre as diversas áreas censitárias, é

relevante também observar a evolução dos indicadores sociais nas regiões metropolitanas, urbanas e rurais do Estado. As investigações têm implicações diretas na formulação e na avaliação de políticas, uma vez que sugere a seus formuladores, a necessidade de se considerar quando do desenho, implementação e avaliação de políticas referentes aos pobres, os diferentes aspectos da pobreza, incluindo principalmente seus diversos níveis de intensidade e desigualdade.

1.1. Distribuição Desigual da Pobreza e da Extrema Pobreza

Os Gráficos 1, 2 e 3 mostram, respectivamente, as distribuições da população, da pobreza e da extrema pobreza no Estado no ano de 2008. A partir destas informações, observa-se que as pessoas pobres e àquelas em condição de extrema pobreza não se distribuem uniformemente nas áreas censitárias do Ceará, e não seguem o padrão presente na distribuição populacional.

Gráfico 1: Distribuição da População Cearense por Área Censitária, 2008



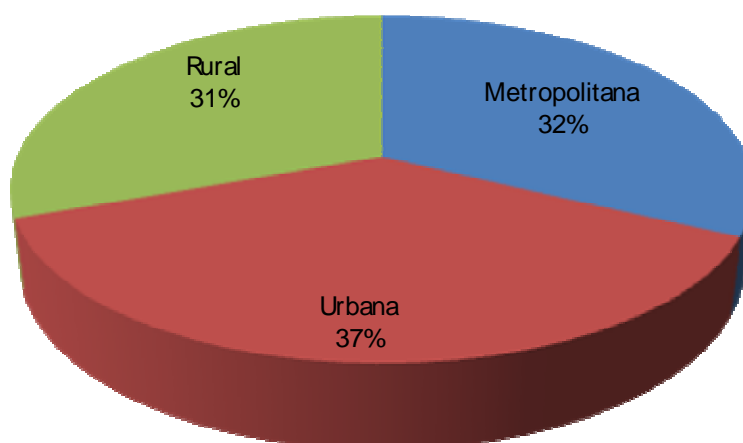
Fonte: PNAD/IBGE.

O Gráfico 1 mostra a distribuição da população cearense em 2008. Pode-se observar que a região metropolitana contempla 42% da população do Estado, enquanto que

as zonas urbanas e rurais detêm, respectivamente, 36% e 22%. Desta forma, percebe-se uma concentração da população na região metropolitana e uma zona rural com menor contingente populacional.

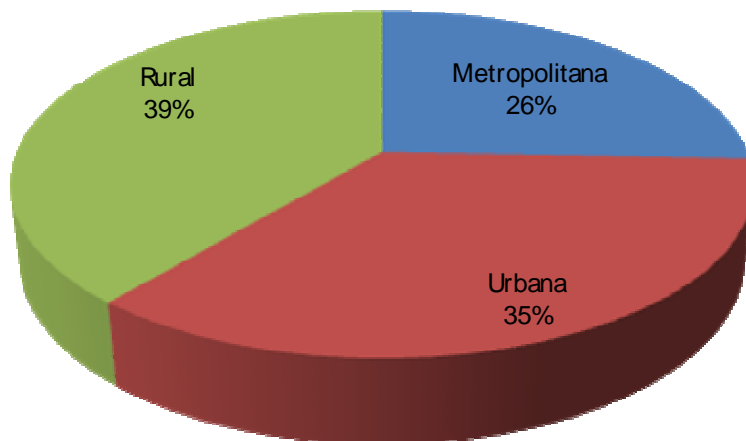
O Gráfico 2 evidencia a distribuição da população pobre do Ceará por área censitária em 2008. A zona rural abrange a maior parte da pobreza do Estado, com 37%, enquanto que a zona urbana e a região metropolitana possuem partes muito próximas, com 32% e 31%, respectivamente.

Gráfico 2: Distribuição da População Pobre do Ceará por Área Censitária, 2008



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 3: Distribuição da População Extremamente Pobre do Ceará por Área Censitária, 2008



Fonte: PNAD/IBGE.

O Gráfico 3 mostra a distribuição da população extremamente pobre do Ceará por área censitária em 2008. A zona rural abrange a maior parte da extrema pobreza do Estado, com 39%, enquanto que a zona urbana e a região metropolitana possuem, respectivamente, 35% e 26%.

Dessa forma, fica evidente uma pobreza rural no Estado, pois essa área do Ceará reúne apenas 22% da população total, enquanto que possui 37% da pobreza e 39% das pessoas em condição de extrema pobreza. Políticas públicas voltadas para esta parte do Estado devem ser estimuladas caso o objetivo seja a redução da pobreza e o aumento do bem-estar social.

1.2. Pobreza e Extrema Pobreza no Ceará e Áreas Censitárias

Esta seção apresenta a evolução das medidas de pobreza e de extrema pobreza no Ceará e em suas áreas censitárias, no período de 1995 a 2008. Antes da análise dos indicadores sociais, porém, apresentam-se algumas observações metodológicas:

- Todos os dados foram extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que ocorre anualmente, exceto em anos censitários. Por essa razão, não houve PNAD em 2000.
- Considera-se pessoa pobre aquela cuja renda familiar *per capita* é inferior a metade do salário mínimo, enquanto que uma pessoa em condição de extrema pobreza é aquela cujo rendimento familiar *per capita* é menor que $\frac{1}{4}$ (um quarto) desse salário. Por este estudo ter utilizado como referência o salário mínimo vigente no país em setembro de 2008 (data da mais recente PNAD), no valor de R\$ 415,00, a linha de pobreza considerada equivale a R\$ 207,50 e a de extrema pobreza, R\$ 103,75. Esses valores foram deflacionados para outros anos pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme metodologia proposta por Corseuil *et al* (2002).

Inicia-se a análise pelo exposto na Tabela 1, que mostra a Evolução da Pobreza por área censitária do Ceará. A pobreza está medida pelo indicador conhecido como Proporção de Pobres, calculado a partir da razão entre o número de pessoas pobres e o total da população. Este indicador caracteriza-se por apresentar claramente a extensão da pobreza.

Assim, observa-se no Estado em 2008 uma proporção de pobres correspondente a 48,39%, valor alto, porém, bem abaixo do que o Ceará apresentava em 1995, correspondente a 67,99%. Esta redução ocorreu, portanto, a taxas anuais de -2,62%. Em termos das áreas censitárias, em 2008, observam-se níveis ainda muito díspares entre a região metropolitana (37,42%), a zona urbana (49,40%) e, principalmente, a zona rural (67,61%). As diferenças entre as regiões do Estado também se evidenciam em termos das taxas de redução da pobreza. No período de 1995 a 2008, por exemplo, as taxas foram: metropolitana (-2,47%), urbana (-2,36%) e rural (-1,91%). Em termos dos sub-períodos, observam-se comportamentos distintos, com o

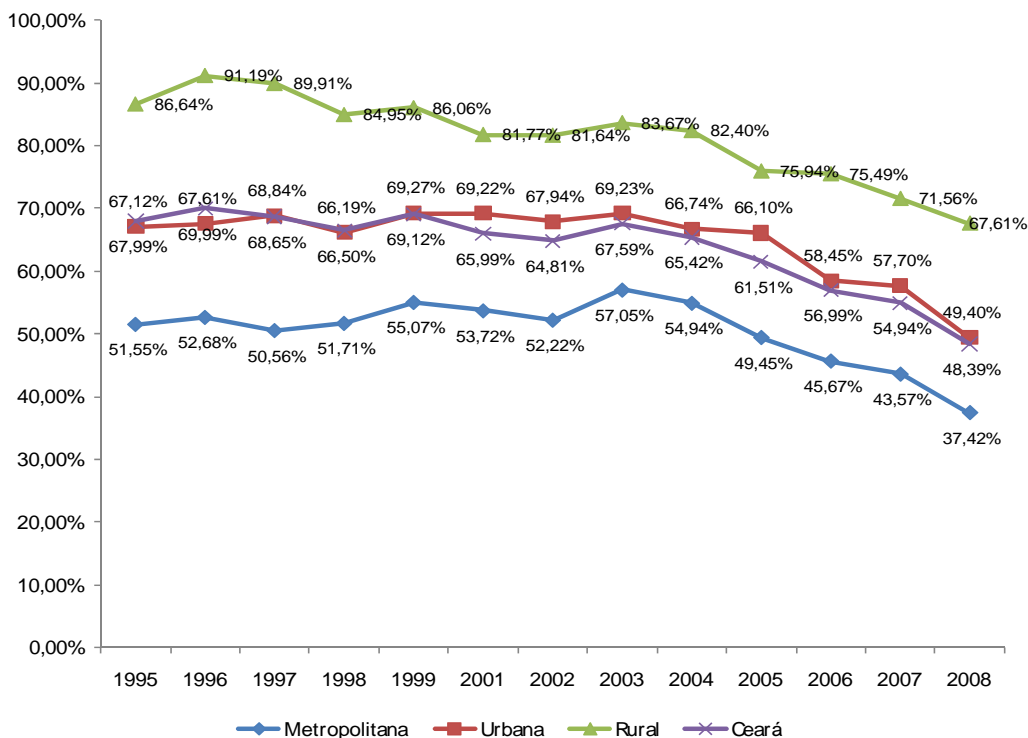
período de 2002 a 2008 caracterizando-se pela expressiva redução da extensão da pobreza no Estado e em todas as suas áreas censitárias, destacando-se também as taxas de redução no período mais recente, de 2006 a 2008.

Ano	Metropolitana	Urbana	Rural	Ceará
1995	51,55%	67,12%	86,64%	67,99%
1996	52,68%	67,61%	91,19%	69,99%
1997	50,56%	68,84%	89,91%	68,65%
1998	51,71%	66,19%	84,95%	66,50%
1999	55,07%	69,27%	86,06%	69,12%
2001	53,72%	69,22%	81,77%	65,99%
2002	52,22%	67,94%	81,64%	64,81%
2003	57,05%	69,23%	83,67%	67,59%
2004	54,94%	66,74%	82,40%	65,42%
2005	49,45%	66,10%	75,94%	61,51%
2006	45,67%	58,45%	75,49%	56,99%
2007	43,57%	57,70%	71,56%	54,94%
2008	37,42%	49,40%	67,61%	48,39%
Período	Taxas Anuais de Crescimento			
1995-2002	0,18%	0,17%	-0,85%	-0,69%
2002-2008	-5,56%	-5,31%	-3,14%	-4,87%
2006-2008	-9,97%	-8,41%	-5,51%	-8,19%
1995-2008	-2,47%	-2,36%	-1,91%	-2,62%

* linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo de 2008 (R\$ 207,50), deflacionada pelo INPC

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Gráfico 3: Evolução da Pobreza do Ceará e Áreas Censitárias



Fonte PNAD/IBGE.

A Tabela 2 apresenta a evolução da extrema pobreza no Ceará e áreas censitárias. A extrema pobreza está medida pela razão entre o número de pessoas extremamente pobres e o total da população. Os valores deste indicador demonstram a extensão da extrema pobreza no Ceará e em suas áreas.

Verifica-se no Estado em 2008 uma proporção de extremamente pobres correspondente a pouco mais de 22%. Esta proporção, avaliada em 1995, apresentou valor igual a 43,12%, significando, portanto, uma expressiva redução de quase -49%, o que correspondeu a taxas anuais de decréscimo iguais a -5,13%. Em termos das áreas censitárias, em 2008, observam-se, a exemplo do que ocorrera com a pobreza, níveis ainda muito díspares entre a proporção de extremamente pobres na região metropolitana (13,59%), zona urbana (21,49%) e, principalmente, zona rural (39,44%). Porém, as taxas de redução desse indicador no período completo, de 1995 a 2008, ficaram muito próximas entre as três regiões do Estado, todas por volta de -4% ao ano. Na análise dos sub-períodos observa-se um desempenho muito superior do período de 2002-2008, comparativamente a 1995-

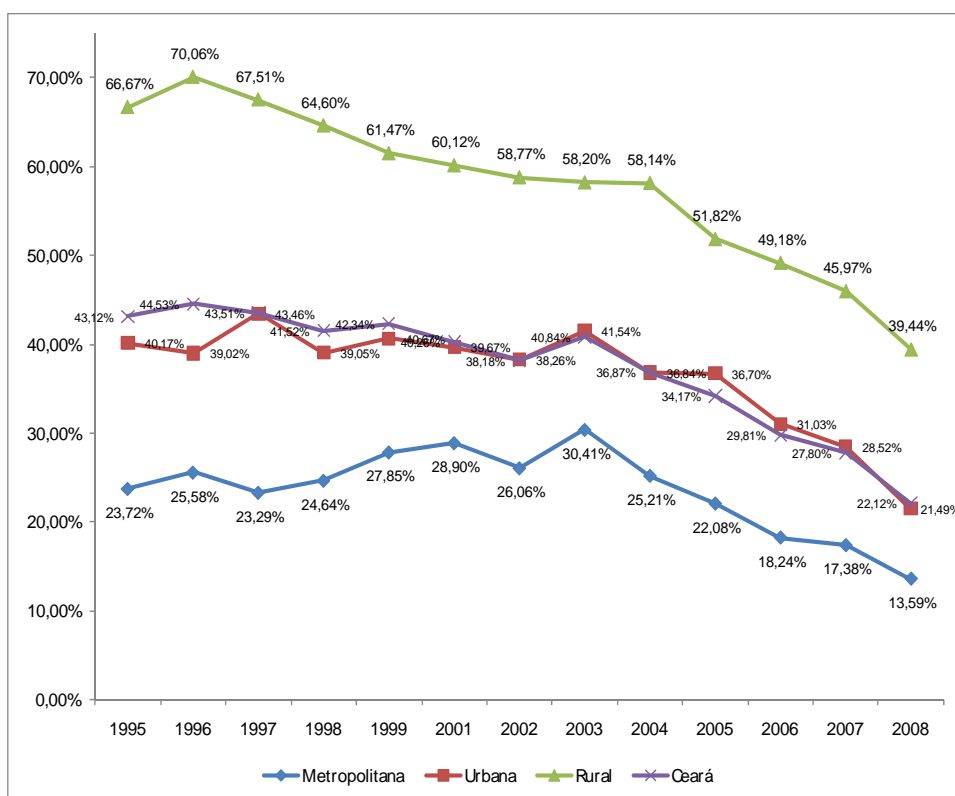
2002. Em ambos os períodos, porém, a redução da extrema pobreza na zona rural tem sido menor do que nas outras áreas do Estado, reforçando a idéia de que políticas mais voltadas para essa parte do Estado devem ser estimuladas.

Ano	Metropolitana	Urbana	Rural	Ceará
1995	23,72%	40,17%	66,67%	43,12%
1996	25,58%	39,02%	70,06%	44,53%
1997	23,29%	43,46%	67,51%	43,51%
1998	24,64%	39,05%	64,60%	41,52%
1999	27,85%	40,67%	61,47%	42,34%
2001	28,90%	39,67%	60,12%	40,26%
2002	26,06%	38,26%	58,77%	38,18%
2003	30,41%	41,54%	58,20%	40,84%
2004	25,21%	36,84%	58,14%	36,87%
2005	22,08%	36,70%	51,82%	34,17%
2006	18,24%	31,03%	49,18%	29,81%
2007	17,38%	28,52%	45,97%	27,80%
2008	13,59%	21,49%	39,44%	22,12%
Período	Taxas Anuais de Crescimento			
1995-2002	1,34%	-0,69%	-1,80%	-1,74%
2002-2008	-10,85%	-9,61%	-6,65%	-9,10%
2006-2008	-14,70%	-18,36%	-11,04%	-14,92%
1995-2008	-4,28%	-4,81%	-4,04%	-5,13%

* linha de ext. pobreza igual a 1/4 salário mínimo de 2008 (R\$ 103,75), deflacionada pelo INPC

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Gráfico 4: Evolução da Extrema Pobreza do Ceará e Áreas Censitárias



Fonte PNAD/IBGE.

1.3. A oferta de serviços para a redução da Pobreza no Ceará

Foi visto que a Pobreza no estado do Ceará possui dimensões diferentes ao se tratar do âmbito rural e urbano. Apesar da amplitude dos problemas e desafios principais que cerceiam o Relatório Produto-Resultado, a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG identificou as Secretarias com maior atuação no combate a pobreza em âmbito urbano e rural. Na área urbana, a secretaria que parece ter maior influencia sobre a redução da pobreza é a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social – STDS, enquanto que no meio urbano a secretaria com maior atuação neste tema é a Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Neste relatório dois programas destas secretarias foram avaliados. Tais programas são os apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Programas Avaliados.

Relatório Produto – Resultado	Secretaria	Programas
Pobreza e Extrema Pobreza no Ceará	SDA	040 - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural
	STDS	022 – Proteção Social Básica

A Secretaria de Ação Social através da Lei Nº13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e do Decreto Nº28.658, de 28 de fevereiro de 2007, dentro do modelo de gestão do Governo que assumiu, foi reestruturada absorvendo toda a estrutura organizacional de Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, passando a ser denominada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, tendo por finalidade contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do Estado e promoção da cidadania. A Missão da STDS é Desenvolver e coordenar as Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos grupos socialmente vulnerabilizados.

A estrutura vigente da Secretaria do Desenvolvimento Agrário foi criada pela Lei Nº. 13.875 de 07 de fevereiro de 2007. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Órgão da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, tem por finalidade planejar, coordenar e executar, diretamente ou através das suas Vinculadas, as ações do Governo para o desenvolvimento da agropecuária, mediante apoio à agricultura familiar, ao incremento do agronegócio, ao fortalecimento da agricultura de sequeiro e pecuária, à expansão da agricultura irrigada, com destaque para fruticultura, floricultura, olericultura, pesca e aquicultura. A Missão da SDA é promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

Em 2009, do que trata a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), o Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040) englobou recursos previstos em Lei mais Créditos que somavam R\$ 70.823.448,08; enquanto que na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o

Programa de Proteção Social Básica (022) tem orçamento aprovado por Lei mais Créditos de R\$ 42.839157,25. O presente relatório irá abordar cada um destes dois programas.

A Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG – elenca estes programas na matriz de Gestão Por Resultados – GPR – de cada uma das respectivas secretarias. Reunindo estes dois programas numa única matriz tem-se a matriz apresentada a seguir.

Programas Prioritários	Eixo	Resultados Estratégicos de Governo	Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Produtos	Indicadores de Produtos	Produtos		
							2007	2008	2009
Proteção Social Básica - 022	Sociedade Justa e Solidária	Sociedade com Garantia de Direitos	População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social	Número de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social	Família beneficiada com Transferência de Renda e acesso a Assistência Social (7164)	N.º de famílias beneficiadas com Transferência de Renda e acesso a Assistência Social	941445	929118	955624
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040)	Sociedade Justa e Solidária	Educação Superior e Profissionalizante direcionada para as vocações do Estado	Inclusão Social Aumentada	Pessoa Capacitada	Pessoa Capacitada	Nº de Pessoas Capacitadas *	1730	2331	4985
	Economia para uma vida melhor	Crescimento Econômico com Sustentabilidade	Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável	Produtor Assistido com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Família Beneficiada com Segurança Alimentar e Nutricional	Nº de Família Beneficiada	50833	53939	49072
		Infra-estrutura Estratégica Ampliada	Infra-estrutura para agricultura familiar fortalecida	Número de famílias beneficiadas com cisternas	Cisterna construída	Nº de Cisternas Construídas		30	13420

* Anteriormente o indicador de Produto relacionado ao eixo "Sociedade Justa e Solidária", da SDA era "No. De Cursos Profissionalizantes Realizados".

3. O Programa de Proteção Social Básica (022)

O eixo principal da política de combate a pobreza urbana no estado do Ceará pode ser atribuído a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social sob o Programa de Proteção Social Básica, cujo código é 022, e que é um dos programas prioritários do Governo.

A partir dos *Resultados Estratégicos de Governo* e à luz das competências estabelecidas para a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, no modelo de Gestão Por Resultados, para o período 2007-2010 foram identificados os *Resultados Estratégicos* da Secretaria, o conjunto de ações (agrupadas em Programas de Governo) necessárias para alcançar tais *Resultados* e os principais *Produtos* a serem obtidos a partir dos recursos financeiros, humanos e materiais alocados.

Para os *Resultados Estratégicos* e *Produtos* da STDS foram selecionados indicadores, através dos quais se propõe aferir a contribuição dada pela Secretaria para o alcance dos Resultados Estratégicos de Governo. Dessa forma foi elaborada a Matriz de *Resultados Estratégicos* da STDS. As informações abaixo estão contidas na Matriz de Gestão Pública por Resultados (GPR) da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará¹:

¹ A Matriz completa de Gestão Pública por Resultados (GPR) da STDS pode ser vista no ANEXO I.

- ❖ **Eixo de Política:** Sociedade justa e Solidária
- ❖ **Resultado Estratégico do Governo:** Sociedade com Garantia de Direitos.
- ❖ **Resultado Estratégico Setorial:** População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social.
- ❖ **Indicadores para acompanhamento (relacionados ao programa 022):** Número de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social.
- ❖ **Produtos (relacionados ao programa 022):** Família beneficiada com Transferência de Renda e acesso a Assistência Social

Atualmente o Programa de Proteção Social Básica conta com 14 linhas de atuação. Uma síntese destas atividades é exposta a seguir:

i. ABC – Aprender, Brincar e Crescer

Objetivo: *Atender à população infanto-juvenil com atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas, produtivas e de iniciação profissional, em parceria governo e comunidade.*

Público Alvo: *Adolescentes e crianças.*

Área de Abrangência:

- Bairros de Fortaleza: Vicente Pinzon, Aerolândia, Jangurussu, Pirambu, Conj. Ceará, Serrinha, Pq. São José, José Walter, Curió, João XXIII, Quintino Cunha, Bom Jardim, Messejana (2), Barra do Ceará, Novo São Miguel, Mondubim.

- Municípios Interioranos: Aquiraz, Aracati, Baturité, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Crato, Eusébio, Guaiúba, Iguatu, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Jijoca de Jericoacoara, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Quixadá, Russas, São Benedito, Sobral, Tauá.

ii. Projeto Terceira Idade Cidadã

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa, fortalecendo e ampliando os espaços de proteção social e de convivência familiar e comunitária.

Público Alvo: Idosos.

Área de Abrangência: Estado do Ceará - Apoio à Pessoa Idosa;

iii. Centros de Iniciação Profissional

Objetivo: Atender crianças e adolescentes com atividades sócio-pedagógicas, culturais, esportivas, recreativas, de apoio e incentivo à escolaridade e à iniciação profissional.

Público Alvo: Adolescentes e crianças.

Área de Abrangência: Fortaleza, nos bairros Aldeota, Papicu, Jardim Guanabara , Dias Macêdo, Bom Jardim e Edson Queiroz

iv. Concessão de Benefícios

Objetivo: Assistir a pessoas ou grupos que permanente ou temporariamente não apresentam condições de gerir com autonomia sua própria vida ou seu sustento, através da concessão de benefícios diversos e atividades socioeducativas visando a superação da situação apresentada.

Público Alvo: Pessoas carentes ou em situação de indigência dentre os quais: mendigos, doentes com patologias graves, famílias em situação de risco , etc.

Área de Abrangência: Todo o Estado de Ceará.

v. Programa de Atenção Integral à Família - PAIF

Objetivo: Promover um conjunto de ações articuladas que viabilizem a inclusão social a famílias vulnerabilizadas pela situação de pobreza e exclusão social.

Público Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade social.

Área de Abrangência: A ser implantado nos municípios: Acaraú; Acopiara; Aiuaba; Amontada; Aquiraz; Aracati; Araripe; Aratuba; Assaré; Aurora; Barbalha; Barro; Barroquinha; Bela Cruz; Boa Viagem; Camocim; Campos Sales; Canindé; Capistrano; Caririaçu; Carnaubal; Cascavel; Catarina; Catunda; Caucaia; Chaval; Choro; Coreaú; Crateús; Crato; Croata; Cruz; Farias Brito; Fortaleza; Graça; Granja; Guaraciaba do Norte; Ibaretama; Ibiapina; Iço; Iguatu; Ipaporanga; Ipaumirim; Ipu; Ipueiras; Irauçuba; Itapajé; Itapipoca; Itarema; Itatira; Jaguaribara; Jardim; Juazeiro do Norte; Jucás; Lavras da Mangabeira; Maracanaú; Marco; Massapé; Mauriti; Milagres; Miraíma; Missão Velha; Mombaça; Monsenhor Tabosa; Morada Nova; Moraujo; Morrinhos; Mucambo; Nova Olinda; Ocara; Orós; Pacajus; Pacatuba; Parambu; Paramoti; Pedra Branca; Pentecoste; Pereiro; Piquet Carneiro; Pires Ferreira; Quixadá; Quixeramobim; Redenção; Reriutaba; Russas; Saboeiro; Salitre; Santa Quitéria; Santana do Acaraú; Santana do Cariri; São Benedito; Sobral; Tamboril; Taua; Tejuçuoca; Tianguá; Trairi; Tururu; Ubajara; Umari; Umirim; Várzea Alegre; Viçosa do Ceara.

vi. Espaço Viva Gente

Objetivo: Atender crianças e adolescentes em situação de risco, com atividades socioeducativas, artísticas, culturais, esportivas, de lazer e de iniciação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto-juvenil, num trabalho integrado com a família e a comunidade.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Área de Abrangência: Fortaleza

vii. Respeitável Turma (Circo Escola)

Objetivo: Desenvolver ações educativas e artísticas visando o aprendizado da arte circense e a fixação da criança e do adolescente em seu bairro de origem.

Público Alvo: Crianças e adolescentes.

Área de Abrangência: Fortaleza - Bom Jardim e Conjunto Palmeiras.

viii. Centros Comunitários

Objetivo: São equipamentos sociais, instância do Governo do Estado de prestação de serviços à população de baixa renda onde são desenvolvidos Programas e Projetos do Sistema do Trabalho e Ação Social. Entre suas principais atividades, destacam-se: grupos de convivência para idosos, grupos de adolescentes gestantes, grupos produtivos/artesanais, cursos de qualificação profissional, expedição de documentos básicos, assessoramento às organizações sociais/entidades comunitárias etc.

Público Alvo: Crianças, adolescentes, idosos, jovens e adultos tendo como foco de intervenção a família.

Área de Abrangência: Fortaleza.

ix. Programa Bolsa Família

Objetivo: Assegurar às famílias de baixa renda o acesso à alimentação através da transferência de renda.

Público Alvo: Famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo.

Área de Abrangência: Estado do Ceará

x. Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência

Objetivo: Prestar cooperação técnica e financeira às Entidades que assistem as Pessoas com Deficiência. Conceder vale-transporte às Pessoas com Deficiência e acompanhantes nos transportes coletivos de Fortaleza e Região Metropolitana de Fortaleza em cumprimento da Lei Estadual no 11.194/86

Público Alvo: Portadores de Deficiência

Área de Abrangência: Estado do Ceará - Apoio à Pessoa com Deficiência; Fortaleza e RMF concessão de Vales-Transporte para Pessoas com Deficiência e acompanhante.

xi. Projeto Estação Família

Objetivo: Promover o desenvolvimento de competências familiares nos eixos de cognição pessoal, produtivos e promocionais para mulheres, mães e chefes de famílias, visando uma melhor qualidade na condução da unidade familiar

Público Alvo: Mulheres, mães e chefes de famílias

Área de Abrangência: Estado do Ceará

xii. Co-financiamento de Benefícios Eventuais

Objetivo: *Apoiar técnica e financeiramente os municípios nas despesas referentes ao custeio do pagamento de auxílio natalidade e auxílio funeral, visando garantir a consolidação da Política da Assistência Social.*

Público Alvo: *Cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social em circunstâncias de nascimento e morte.*

Área de Abrangência: *Co-financiados em 2008 (44): Acaraú; Acopiara; Araripe; Assaré; Barbalha; Barroquinha; Boa Viagem; Campos Sales; Caucaia; Chaval; Choró; Crateús; Crato; Croata; Fortaleza; Granja; Guaraciaba do Norte; Ico; Ipueiras; Itapipoca; Itarema; Itatira; Jardim; Juazeiro do Norte; Maracanaú; Marco; Miraíma; Mombaça; Morrinhos; Nova Olinda; Parambu; Paramoti; Pires Ferreira; Saboeiro; Salitre; São Benedito; Sobral; Tamboril; Tauá; Tejuçuoca; Tianguá; Tururu; Várzea Alegre; Viçosa do Ceará. Expansão em 2009 (17): Amontada; Aratuba; Bela Cruz; Canindé; Capistrano; Caririaçu; Carnaubal; Coreau; Ipaumirim; Missão Velha; Pedra Branca; Quixeramobim; Santana do Acarau; Santana do Cariri; Trairi; Umari; Umirim.*

xiii. Cadastramento Único - Cad.Único

Objetivo: *Manter um banco de dados com informações socioeconômicas das famílias vulnerabilizadas do Estado do Ceará.*

Público Alvo: *Famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo.*

Área de Abrangência: *Estado do Ceará*

xiv. Pró-Jovem Adolescente

Objetivo: *Complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e propiciando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.*

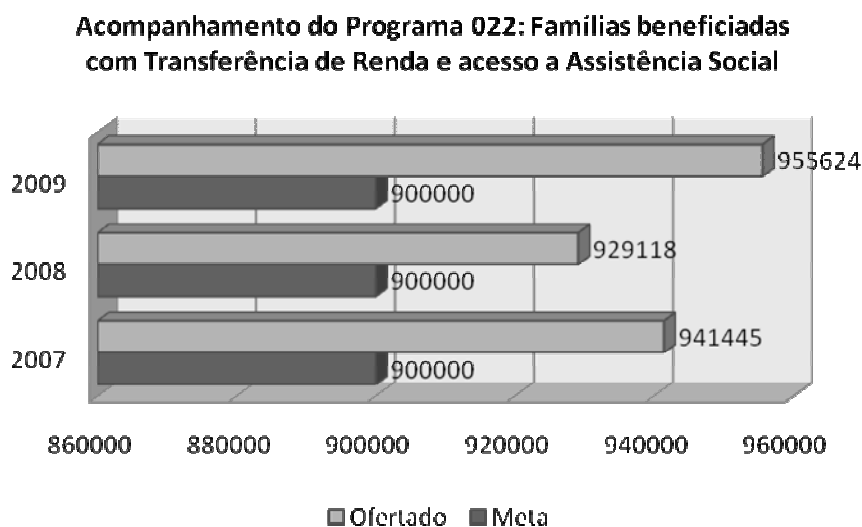
Público Alvo: *Jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias do Programa Bolsa Família, egressos de medidas socioeducativas, jovens em cumprimento de medida de proteção, PETI e serviços de combate à exploração sexual.*

Área de Abrangência: *Acarape; Acaraú; Acopiara; Alcântaras; Alto Santo; Amontada; Antonina do Norte; Apuiarés; Aquiraz; Aracati; Aracoiaba; Ararendá; Araripe; Aratuba; Arneiroz; Assaré; Baberibe; Baixio; Banabuiú; Barbalha; Barreira; Barro; Barroquinha; Baturité; Bela Cruz; Boa Viagem; Brejo Santo; Camocim; Campos Sales; Canindé; Capistrano; Cariré; Cariús; Carnaubal; Cascavel; Catarina; Catunda; Caucaia; Cedro; Chaval; Choro; Chorozinho; Coreau; Crateús; Crato; Croata; Cruz; Ererê; Eusébio; Farias Brito; Forquilha; Fortim; Frecheirinha; General Sampaio; Graça; Granja; Groaíras; Guaiúba; Guaraciaba do Norte; Guaramiranga; Hidrolândia; Horizonte; Ibaretama; Ibiapina; Ibicuitinga; Icapuí; Icó; Iguatu; Independência; Ipu; Ipueiras; Iracema; Irauçuba; Itaiçaba; Itaitinga; Itapajé; Itapipoca; Itapiúna; Jaguaretama; Jaguaribe; Jaguaruana; Jardim; Jati; Jijoca de Jericoacoara; Juazeiro do Norte; Jucás; Lavras da Mangabeira; Limoeiro do Norte; Madalena; Maracanaú; Maranguape; Marco; Martinopóle; Massapê; Mauriti; Meruoca; Milagres; Miraíma; Missão Velha; Mombaça; Morada Nova; Moraújo; Morrinhos; Nova Russas; Nova Olinda; Novo Oriente; Ocara; Orós; Pacajus; Pacatuba; Pacujá; Palhano; Palmácia; Paraipaba; Parambu; Paramoti; Pedra Branca; Pentecoste; Pereiro; Piquet Carneiro; Pires Ferreira; Poranga; Porteiras; Potengi; Quixadá; Quixelô; Quixeramobim; Quixeré; Redenção; Russas; Saboeiro; Salitre; Santa Quitéria; Santana do Acaraú; Santana do Cariri; São Benedito; São Gonçalo do Amarante; São João do Jaguaribe; São Luis do Curú;*

Senador Pompeu; Senador Sá; Sobral; Tabuleiro do Norte; Tamboril; Tauá; Tejuçuoca; Tianguá; Trairi; Tururu; Ubajara; Umari; Umirim; Uruburetama; Uruoca; Varjota; Várzea Alegre; Viçosa do Ceará.

3.1 Metas e acompanhamento do programa

Estas 14 linhas de ação repercutem num único Indicador de *Produto*: “Famílias beneficiadas com Transferência de Renda e acesso a Assistência Social”. Para este *Produto* a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social estabelece metas a serem cumpridas; para o período 2007-2009 esta meta foi estabelecida em 900.000 famílias. O acompanhamento do desempenho físico do *Produto* deste Programa pode ser visto no gráfico a seguir:



Fonte: WebMapp / SEPLAG

Vê-se que, em comparação a 2007, o programa teve uma recaída no ano de 2008 e depois passou a crescer novamente, notando-se que todas as metas foram atingidas; embora as mesmas tenham permanecido constantes ao longo do triênio. A STDS alega que no período de 2007 pode ter ocorrido dupla

contagem devido a programas atualmente extintos.² A melhoria frente à queda de 2008 deve-se ao fato de que a rede foi fortalecida através do assessoramento técnico prestado aos municípios, através de seus gestores e de sua equipe técnica. Foram elaboradas e enviadas notas técnicas com orientação sobre os procedimentos de revisão do *CadÚnico* e orientações sobre a operacionalização do Programa Bolsa Família. A comparação entre janeiro a agosto de 2009 revela que houve um aumento de 2,17% no número de bolsas concedidas por esse programa.

3.2 Análise Financeira do Programa de Proteção Social Básica

A Gestão Por Resultados, GPR, ainda é um instrumento relativamente novo para o Estado. Uma das ferramentas deste processo de gestão é concretizada num sistema on-line de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários, WebMAPP. Este sistema já foi implantado e dá uma visão geral dos projetos e ações do governo, entretanto, ainda existe a necessidade de uma melhor articulação entre os instrumentos de planejamento e uma necessidade constante de aperfeiçoamento do processo de monitoramento e do gerenciamento dos projetos.

Por conta disto, o monitoramento proativo e atuação permanentemente nos procedimentos que garantam a implantação do projeto e o alcance dos resultados pretendidos ainda requer alguns ajustes, impossibilitando, assim, uma visão minuciosa dos projetos e ações do Governo. Uma das informações relevantes que o sistema poderia gerar, por exemplo, é o custo unitário de cada produto ofertado pelo governo.

² “Em 2007, o n° foi elevado, pois se refere à soma das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, PETI, Agente Jovem, Programa Fora da Rua, Dentro da Escola e Espaço Viva Gente. Considerando que as famílias do PETI e Agente Jovem migraram para o Bolsa Família, não havendo mais superposição de benefícios, a partir de 2008, o n° refere-se ao somatório das famílias do Programa Bolsa Família, Espaço Viva Gente e do Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola.” [RDS(2008)].

Esta informação é de grande valia para os gestores de políticas e ainda não é diretamente disponibilizada pelo sistema (ficando aqui uma proposta de melhorias já visando um dos objetivos cruciais da operação SWAP, que é o fortalecimento do sistema de Gestão por Resultados do Estado).

Possivelmente devido a este percalço, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social não conseguiu disponibilizar os dados referentes às suas atividades / projetos. Deste modo, uma análise mais aprofundada do produto desta Secretaria ficou comprometida.

Em 2008 o Programa teve um desempenho satisfatório, foram realizados 90,94% dos recursos previstos no Orçamento, com o Tesouro realizando 97,53% do valor total orçado, enquanto outras fontes executaram 49,05%.

Comparando o valor orçado de 2009 com o de 2008, verifica-se que o total orçado para o programa teve incremento de 10,12%, porém a fonte Tesouro sofreu uma redução de 20,78%, enquanto que as Outras Fontes tiveram um acréscimo de 206,60%.

Fonte de recursos	2008		
	Previsto (P)	Realizado (R)	R/P
Tesouro	R\$ 33.614.369,42	R\$ 32.783.562,92	97,53
Outras Fontes	R\$ 5.286.607,86	R\$ 2.593.335,64	49,05
Total	R\$ 38.900.977,28	R\$ 35.376.898,56	90,94

Fonte de recursos	jan - abr 2009		
	Previsto (P)	Realizado (R)	R/P
Tesouro	R\$ 26.630.535,25	R\$ 10.909.145,13	0,41
Outras Fontes	R\$ 16.208.622,00	R\$ 1.697.758,48	0,10
Total	R\$ 42.839.157,25	R\$ 12.606.903,61	0,29

Até abril de 2009 a execução do programa foi insatisfatória, foram realizados R\$ 12.606.903,61 (29,43%) dos R\$ 42.839.157,25 programados para o exercício; a fonte Tesouro realizou 40,96% e as Outras Fontes tiveram um desempenho bem inferior, empregando apenas 10,47% dos recursos orçados.

Como não se sabe ao certo quanto destes recursos vem sendo, de fato, destinados ao *Produto* “Famílias beneficiadas com Transferência de Renda e acesso a Assistência Social”, uma análise aprofundada do referido produto ficou comprometida.

4. O Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate a Pobreza Rural (040)

O eixo principal da política de combate a pobreza rural no estado do Ceará pode ser atribuído a Secretaria de Desenvolvimento Agrário sob o Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural, cujo código é 040, e que também é um dos programas prioritários do Governo.

O objetivo deste Programa é o de combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional; viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, pesquisas, assessoria técnica, extensão rural, novas tecnologias, etc; possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura produtiva e social no meio rural. Buscar a participação dos agricultores familiares em capacitações, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do Programa.

A partir dos *Resultados Estratégicos de Governo* e à luz das competências estabelecidas para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SDA, no modelo de Gestão Por Resultados, para o período 2007-2010 foram identificados os *Resultados Estratégicos* da Secretaria, o conjunto de ações (agrupadas em Programas de Governo) necessárias para alcançar tais *Resultados* e os principais *Produtos* a serem obtidos a partir dos recursos financeiros, humanos e materiais alocados.

Para os *Resultados Estratégicos* e *Produtos* da SDA foram selecionados *Indicadores*, através dos quais se propõe aferir a contribuição dada pela Secretaria para o alcance dos Resultados Estratégicos de Governo. Dessa forma foi elaborada a Matriz de *Resultados Estratégicos* da SDA. As

informações abaixo estão contidas na Matriz de Gestão Pública por Resultados (GPR) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.³

Ao se checar a Matriz de GPR da SDA, constata-se a existência do *Produto* “Cursos Profissionalizantes Disponibilizados à Sociedade”, entretanto, na última avaliação da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG foi sugerido que este *Produto* deveria ser alterado para “Número de Pessoas Capacitadas”. Isso não permitiu estabelecer metas coerentes com as anteriormente utilizadas, entretanto, também acreditamos que este indicador é mais adequado que o anteriormente utilizado.

Uma outra pequena inconsistência entre este relatório e os demais apresentados pela SDA é que, aqui, para o produto “Cisternas Construídas” optou-se apenas pelo cômputo das “cisternas de placa”, como será melhor explicitado mais adiante.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário possui três *Produtos* finais; o primeiro à que nos referimos faz parte do eixo “Sociedade Justa e Solidária” e os outros dois, que são apresentados a seguir, participam do eixo “Economia para uma Vida Melhor”. A estrutura lógica por trás destes produtos é a que se segue:

- ❖ ***Eixo de Política:*** Sociedade justa e Solidária
 - ❖ ***Resultado Estratégico do Governo:*** Educação Superior e Profissionalizante direcionada para as vocações do Estado.
 - ❖ ***Resultado Estratégico Setorial:*** Inclusão Social Aumentada.
 - ❖ ***Indicador de Produto:*** “Número de Pessoas Capacitadas”;
-
- ❖ ***Eixo de Política:*** Economia para uma vida melhor;
 - ❖ ***Resultado Estratégico do Governo:*** “Crescimento Econômico com Sustentabilidade” e “Infra-Estrutura Estratégica Ampliada”;

³ A Matriz completa de Gestão Pública por Resultados (GPR) da SDA pode ser vista no ANEXO.

- ❖ **Indicadores de Produto:** “Famílias Beneficiadas com Segurança Alimentar e Nutricional” e “Número de Cisternas Produzidas”;
- ❖ **Indicador de Resultado:** “Produtores Assistidos com Assistência Técnica e Extensão Rural –ATER”

Atualmente o Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate a Pobreza Rural conta com as seguintes linhas de atuação:

- I. Fortalecimento do setor produtivo (bovinocultura e caprinocultura leiteira, setor mandioqueiro, biodiesel, Setor Apícola, olericultura, cajucultura, piscicultura, etc);
- II. Inserção do pequeno produtor de leite que participa do PRONAF no mercado formal e distribuição diária de leite para crianças de 02 anos a 07 anos de idade, gestantes, idosos e nutrízes, desde que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional;
- III. Incentivo para que a vacinação das crianças fique em dia, acompanhamento nutricional dos beneficiários, acompanhamento pré-natal das gestantes e incentivo a amamentação;
- IV. Fomento da cooperação para estruturação de mini-usina de pasteurização de leite da agricultura familiar;
- V. Industrialização da Agricultura Familiar – Agroindústria Familiar;
- VI. Apoio a Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar, inclusive, buscando mercados diferenciados para a Agricultura Familiar;
- VII. Geração de Emprego e Renda da Agricultura Familiar – Atividades Não-Agrícolas – Turismo Rural;
- VIII. Qualificação e Formação dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- IX. Prestação de ATER no Desenvolvimento das Ações com as Mulheres Rurais e com os Indígenas;

- X. Fortalecimento e apoio da Infra-Estrutura Básica, da Hidroecologia e dos Sistemas de Produção Sustentáveis – Agroecologia;
- XI. Qualificação do Crédito Rural – Crédito, Garantia Safra, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP's)
- XII. Apoio a Capacitação e da Ampliação do Capital Humano do Agricultor Familiar;
- XIII. Acompanhamento do Programa Garantia Safra;
- XIV. Práticas de Convivência com o Semi-Árido.

4.1 Metas e Acompanhamento Físico do Programa

Estas 14 linhas de ação geram três *Produtos*: “Cursos Profissionalizantes Disponibilizados à Sociedade”, “Famílias Beneficiadas com Segurança Alimentar e Nutricional”, “Produtores Assistidos com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER” e “Número de Cisternas Produzidas”.

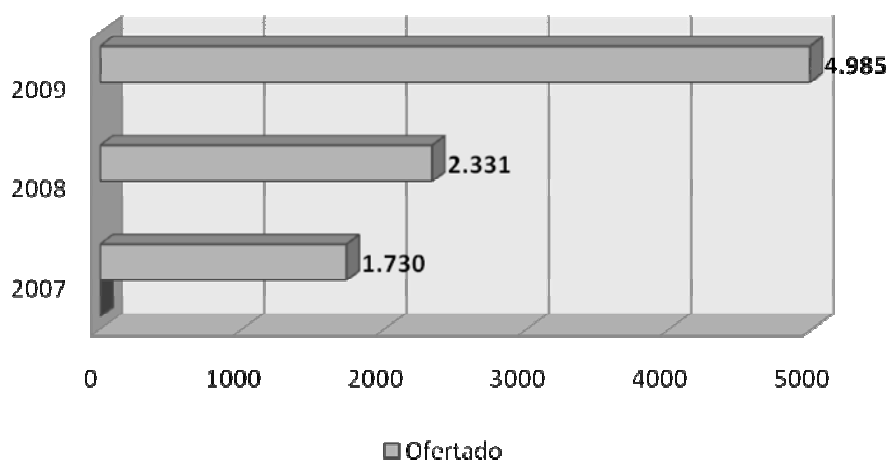
Para cada *Produto* a Secretaria de Desenvolvimento Agrário estabeleceu metas a serem cumpridas durante o período 2007-2010; a meta física (em termos de produtos) assim como o que foi ofertado a sociedade por tal Programa podem ser vistos nos gráficos a seguir.

4.1.1 Pessoas Capacitadas

Somente em agosto de 2008, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário mobilizou recursos financeiros e humanos que propiciaram realizar 35 eventos de formação e capacitação, envolvendo 24 estudantes – concludentes de cursos superiores das ciências agrárias, 50 assentados de reforma agrária, 38

educadores do campo, 11 comunidades quilombolas rurais- 567 quilombolas no total, 440 jovens, 20 agricultores familiares cooperantes, 50 agricultores familiares interessados na economia solidária e 80 jovens em formação na escola família agrícola, ou seja, um total de 1269 pessoas capacitadas.

Acompanhamento do Programa 040: Pessoas Capacitadas



Fonte: SDA

Em 2009 a SDA alega que os fatores que mais contribuíram para a execução do trabalho de capacitação no primeiro quadrimestre foram à articulação política realizada no ano anterior para a divulgação do trabalho de “Desenvolvimento Territorial no Estado” e as ações de planejamento que viabilizaram a realização das oficinas. Além da articulação e sinergia interinstitucional entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a realização dos cursos de capacitação de agentes de leitura e de elaboração de projetos.

A maior dificuldade, segundo a Secretaria, é a liberação de recursos em tempo hábil para a execução das atividades conforme o cronograma de ações planejado, ou seja, é necessário aprimorar uma conjugação entre o cronograma de execução dos cursos e a liberação dos recursos dentro do cronograma de atividades prevista. Além disso, a ampliação da equipe de capacitação também pode vir a contribuir, bem como a criação de uma rubrica

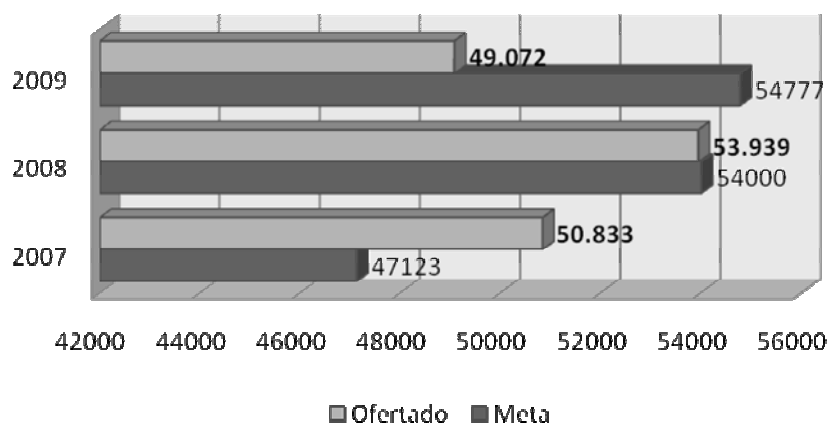
orçamentária para que as ações posteriores à formação possam ser iniciadas e consolidadas no trabalho de capacitação do desenvolvimento territorial.

O comportamento do índice visivelmente sugere que o resultado setorial da “Inclusão Social Aumentada” vem sendo atingido. O atendimento às demandas dos municípios por treinamentos se deu nas áreas de: gestão comunitária, inclusão digital do campo, agro ecologia, agro floresta, agricultura orgânica, floricultura, associativismo e cooperativismo, caprinocultura leiteira, inseminação artificial, manejo de bovinos, manejo apícola, elaboração de Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA), licitação, prestação de contas, arte cultura na reforma agrária, protagonismo quilombola, boas práticas no processamento do pescado, piscicultura, pesca artesanal, autogestão, desenvolvimento sustentável, comercialização, pesca artesanal, entre outros. As capacitações mantiveram o foco no desenvolvimento rural com equidade e inclusão social e atenderam às demandas das comunidades rurais, ultrapassando a meta prevista.

4.1.2 Famílias Beneficiadas com Segurança Alimentar e Nutricional

Este *Produto* refere-se ao número de famílias beneficiadas com a distribuição de litros de leite diariamente. No tocante a este indicador, em 2007 a meta foi cumprida em mais de 100%; em 2008, atingiu-se 99% da meta. O não cumprimento total da meta neste período justifica-se em função de alguns municípios não terem cadastrado beneficiários para a meta prevista. Contudo tem sido realizado encontros/visitas às coordenações municipais no sentido de monitorar o cadastro das famílias beneficiadas.

Acompanhamento do Programa 040: Famílias Beneficiadas com Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: WebMapp / SEPLAG, SDA

O Programa tem a meta de distribuir no período de janeiro à dezembro de 2009 a quantidade de 19.993.605 litros. No período de janeiro à julho de 2009 já haviam sido distribuídos 56,77 % da meta, entretanto, em agosto de 2009, houve uma paralisação do Programa Leite Fome Zero devido a ajustes do processo de credenciamento e contratação das empresas que prestam serviços ao Programa. A paralisação das atividades fez-se necessária também para os ajustes do novo processo de pagamento ao produtor cadastrado no PRONAF. Um novo convênio (005/2009) Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDS e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário com vigência de 03/08/2009 a 31/07/2011 reforça que tal produção deve ser distribuída em 150 municípios e que também deverão ser distribuídos 2.000 litros de leite caprino diariamente em 05 (cinco) municípios.

A SDA relata algumas poucas dificuldades como, por exemplo, o atraso na conclusão do recadastramento dos beneficiários atendidos pelo programa em alguns municípios e a necessidade de se reformular o software “Programa do Leite” para melhor acompanhamento dos beneficiários e pagamento direto aos produtores.

Também é necessário ressaltar que, além de fornecer assistência técnica a 1.950 produtores de leite da agricultura familiar, as atividades desenvolvidas

apóiam impetuosamente o fortalecimento da cadeia produtiva do leite, por meio da geração de renda e garantia de preço ao produtor (convênio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário).

4.1.3 Cisternas Construídas

Do que trata o *Produto Cisternas*, em 2007 as obras foram iniciadas somente em julho, com recomendação do novo governo de não aditivar os contratos com as empresas fornecedoras do material de construção havendo, além disso, a impossibilidade de acesso às comunidades, devido a restauração da estrada de acesso às mesmas. Neste período contruíram-se apenas 734 cisternas das 1685 pretendidas.

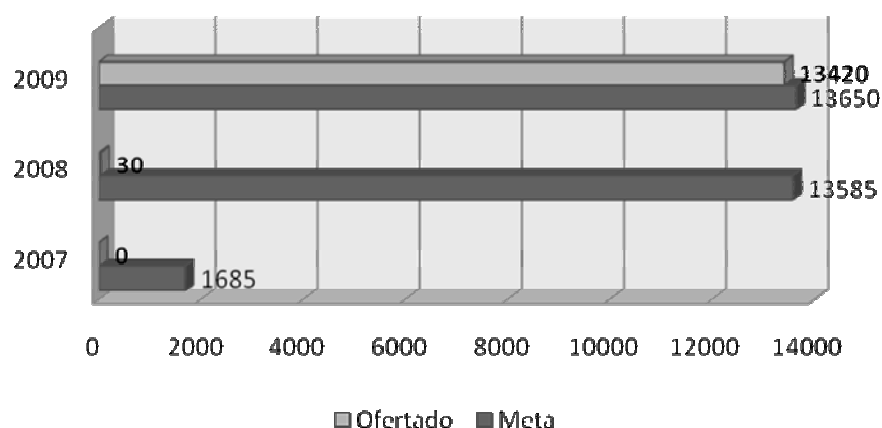
Em 2008, o processo de licitação do material para construção das cisternas não foi realizado a contento, pois as empresas ganhadoras solicitaram realinhamento de preço dos materiais, o que ocasionou um atraso para assinatura dos contratos das empresas fornecedoras do material. Outro motivo de atraso foi a impossibilidade de subconvenimento com a entidade que seria executora do processo de capacitação de pedreiros e beneficiários do projeto, o que ocasionou a demora no processo para escolha de outras entidades que seriam habilitadas para execução destas atividades. Além disso, houve o período eleitoral que dificultou o início da atividade de mobilização das famílias. Diante do exposto, foram construídas apenas 471 cisternas das 13.650 prometidas, e foi solicitado ao Ministério do Desenvolvimento Social aditivo de prazo do Convênio Nº 011/2005 - SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário)/MDS.

Ainda em 2008, passou-se a investir numa nova tecnologia de cisternas (cisternas de placa). Na primeira fase deste projeto foram beneficiadas 30 famílias em 22 municípios. Este projeto piloto atendeu apenas a região do Jaguaribe. Na segunda fase do projeto, com o objetivo de que o Governo do

Estado pudesse ampliar a abrangência de sua ação para as outras regiões, foram beneficiadas famílias em 61 municípios. O Projeto proporciona melhorias na capacidade hídrica via captação e armazenamento da água da por meio da construção de cisternas de placas, além de proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para melhor convivência com o semi-árido. Este tipo de cisterna tem uma capacidade de armazenar até 16.000 mil litro de água, garantindo água para as necessidades de uma família com até 5 (cinco) membros por um período de 8 meses a 1 ano.

No presente relatório analisaremos apenas as “cisternas de placa”, sendo as cisternas construídas anteriormente deixadas de lado na exposição aqui realizada. O *Produto* gerado tem como foco a ação “Infra-estrutura Básica e Hidroagrícola”; e uma maior quantidade de produto só não foi ofertada devido ao período chuvoso do 1º semestre do ano corrente, porém, até o final do ano, espera-se que o Programa Cisternas de Placas, cuja atuação ocorre em 61 municípios, acabe por beneficiar 13.650 famílias.

Acompanhamento do Programa 040: Cisternas de Placa Construídas

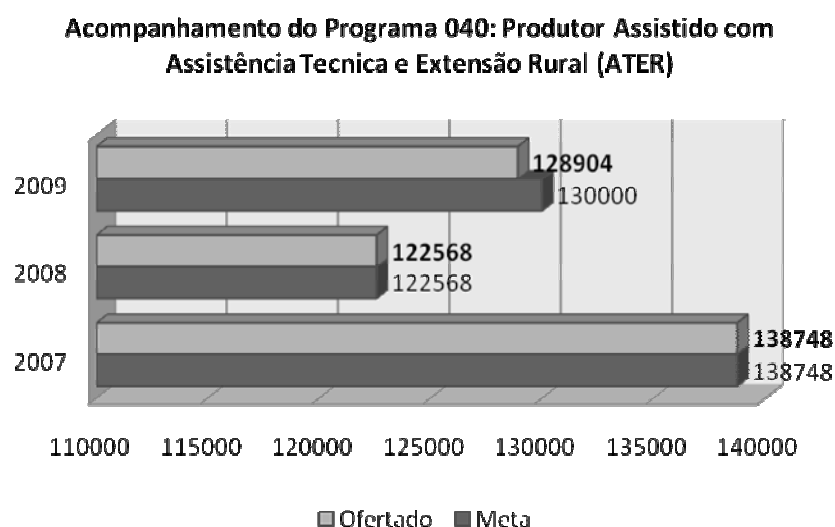


Fonte: WebMapp / SEPLAG

Em 2009 obteve-se 83,0% de meta cumprida, ficando as demais cisternas a serem construídas para o ano de 2010, em função da não liberação recurso federal referente ao Convênio Nº 193/2008 (SDA/MIN). A própria secretaria revela que, como experiência adquirida, a licitação do material a ser realizado pelas entidades executoras do Programa deve ser feita de maneira mais cautelosa e planejada.

4.1.4 Produtor Assistido com Assistência Técnica e Extensão Rural

O *Indicador de Resultados* “Número de Produtores Assistidos”, refere-se aos agricultores de base familiar que foram assistidos sistematicamente pela EMATERCE (mensalmente, para culturas de sequeiros e criações extensivas e quinzenalmente/semanalmente, para culturas irrigadas e criações intensivas), nas cadeias produtivas dos principais produtos priorizados pelo Governo do Estado, através da SDA. Os dados foram obtidos junto aos agricultores familiares assistidos e registrados pelos técnicos de campo no Sistema Informatizado de Programas e Projetos – SPP – WEB.



Fonte: WebMapp / SEPLAG

As ações de ATER desenvolvidas resultaram no aumento da produção via aumento de produtividade, melhorando assim, as condições sócio-econômicas com inclusão social dos agricultores familiares assistidos e tendo como conseqüência, no futuro bem próximo, a promoção do desenvolvimento rural sustentável dos municípios cearenses.

Em 2007 os princípios e diretrizes da Política Nacional de ATER foram implementados. O objetivo desta Política era o de desenvolver processos educativos permanentes e continuados, privilegiando os conselhos, como fóruns ativos e co-responsáveis, além de promover uma relação de participação e gestão compartilhada com todos os agentes do processo de desenvolvimento rural sustentável.

No ano de 2008, houve uma redução em torno de 12% no número de agricultores familiares assistidos em relação ao ano anterior. Este decréscimo foi ocasionado principalmente pela saída de um considerável número de Agentes Rurais que completaram o período de 36 meses, não podendo mais renovar a bolsa, visto o cumprimento da legislação da FUNCAP.⁴

Apesar da execução de 99,2% da meta projetada, em 2009 verifica-se uma redução de quase 10 mil produtores familiares no comparativo com o ano de 2007. Esta queda ocorreu em virtude: (i) da finalização das bolsas dos Agentes Rurais, que operam sob a orientação dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica do Ceará – EMATERCE; (ii) da demora para recompor o referido quadro, em face da burocracia e ; (iii) do tempo despendido em treinamento e capacitação dos contratados para desenvolver a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Apesar dessa redução, em 2009 observa-se melhoria nos aspectos qualitativos, possivelmente devido à capacitação da ATER, principalmente no que se refere à exploração de culturas e criações de forma sustentável, à comercialização dos produtos agrícolas e artesanatos, ao fortalecimento das

⁴ Convém salientar que a substituição dos mesmos foi providenciada logo de imediato, porém, a conclusão devido à burocracia na forma de contratação para concessão de bolsas, demorou consideravelmente atrasando, assim, a ida dos mesmos ao campo. Ressaltando-se que neste período não houve tempo para realização do treinamento sobre a formação de Agentes de Ater.

associações e nos aspectos de saúde, moradia e lazer, tendo como consequência o fortalecimento da agricultura familiar no referido período.

4.2 Avaliação Financeira do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate a Pobreza Rural (040)

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário relatou dados que permitem uma análise mais aprofundada dos recursos financeiros empregados em seus projetos/atividades. Em 2008, do Total de Recursos previsto para o Programa, R\$ 73.414.276,75, foram realizados R\$ 46.683.793,08; sendo que dos R\$ 7.917.902,00 orçados via Tesouro, foram executados R\$ 5.532.081,46. O quadro a seguir também demonstra o desempenho das realizações do FECOP e de Outras Fontes (FPE - Fundo de Participação dos Estados, SWAP Operação de crédito Não-Condicionada, Crédito interno BNDES e Convênios com o Gov. Federal). Para o que foi programado das Outras Fontes, R\$ 57.020.194,48, a execução foi de R\$ 46.683.793,08.

Uma série de Ações integra o Programa 040, destacando-se a de “Segurança Alimentar e Nutricional” que adquire e distribui litros de leite para famílias de baixa renda onde se concentram grande parte dos recursos do Tesouro e do FECOP, com execução proporcional e bastante favorável, em torno dos 90%. Os recursos para a Ação de “Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar” foram realizados com o mesmo percentual, pontuando-se também o desempenho da Ação de “Apoio a Feiras e Eventos da Agricultura Familiar”, que realizou aproximadamente 63% dos recursos programados. O Programa também contempla a Ação de “Infra-estrutura Básica e Hidroagrícola”, onde o peso maior de recursos vem do Governo Federal e das operações com o BNDES, obtendo também desempenho satisfatório. (Fonte Execução Orçamentária 2008 Sist. G.L.).

2008

Fonte de recursos	Previsto (P)	Realizado (R)	R/P
Tesouro	R\$ 8.476.180,27	R\$ 7.912.159,45	0,93
FECOP	R\$ 7.917.902,00	R\$ 5.532.081,46	0,70
Outras Fontes	R\$ 57.020.194,48	R\$ 33.239.552,17	0,58
Total	R\$ 73.414.276,75	R\$ 46.683.793,08	0,64

jan - abr 2009

Fonte de recursos	Previsto (P)	Realizado (R)	R/P
Tesouro	R\$ 9.914.748,08	R\$ 4.914.498,24	0,50
FECOP	R\$ 8.323.250,00	R\$ 3.856.944,17	0,46
Outras Fontes	R\$ 52.585.450,87	R\$ 18.724.349,44	0,36
Total	R\$ 70.823.448,95	R\$ 27.495.791,85	0,39

Levando-se em conta o período de janeiro a abril de 2009, o *Produto* “Cisternas” passou a ganhar destaque, executando, em torno de 79% do previsto (fonte: Web Mapp); a aquisição e distribuição de leite para famílias segundo critérios nutricionais (“Segurança Alimentar e Nutricional”) executaram em torno de 57%, também satisfatória para o período; Feiras de Socioeconomia Solidária, que gera o *Produto* “Pessoas Capacitadas”, apresenta desempenho acima do esperado para o período, ou seja, 93,74%. O restante dos projetos foi concluído ou não foi iniciado.

Na tabela a seguir é possível se ter uma idéia da execução financeira e do custo unitário dos *Produtos* do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate a Pobreza Rural - 040. A primeira tabela reporta valores nominais enquanto a segunda reporta valores para preços constantes de 2009.

Em 2009, foram destinados R\$ 896.642,00, para a ação que suporta o *Produto* “Pessoas Capacitadas”, dos quais foram executados R\$ 516.642,00, ou seja, uma realização financeira de aproximadamente 58%. Embora o desempenho

financeiro desta ação esteja aquém do desejado, observa-se que o custo por indivíduo capacitado aparenta ser relativamente barato ao Estado (R\$ 103,64).

Assim como na análise anterior, do que trata a construção das cisternas, estão sendo apresentados os cálculos somente relacionados às “cisternas de placa”. Em 2008 foram construídas apenas 30 destas cisternas e capacitadas 30 pessoas; o restante dos recursos foram empenhados para serem realizados em 2009, daí o custo unitário extremamente elevado para este ano.

	Ano	Programado (A)	Realizado (B)	Famílias (C)	A/B	C/B
Pessoas Capacitadas	2007	R\$ 331.774,20	R\$ 271.623,00	1.730	0,82	R\$ 157,01
	2008	R\$ 65.094,27	R\$ 60.151,20	2.331	0,92	R\$ 25,80
	2009	R\$ 896.642,00	R\$ 516.642,00	4.985	0,58	R\$ 103,64
Benefícios com Segurança Alimentar e Nutricional	2007	R\$ 21.078.348,50	R\$ 19.295.911,93	50.833	0,92	R\$ 379,59
	2008	R\$ 23.992.326,00	R\$ 22.174.883,95	53.939	0,92	R\$ 411,11
	2009	R\$ 23.992.326,00	R\$ 20.094.607,97	49.072	0,84	R\$ 409,49
Cisterna Construída	2007	-	-	-	-	-
	2008	R\$ 1.773.093,65	R\$ 1.773.094,65	30	1,00	R\$ 59.103,16
	2009	R\$ 1.194.778,65	R\$ 1.194.778,65	13.420	1,00	R\$ 89,03

Valores Nominais

	Ano	Programado (A)	Realizado (B)	Famílias (C)	A/B	C/B
Pessoas Capacitadas	2007	R\$ 291.899,39	R\$ 238.977,56	1.730	0,82	R\$ 138,14
	2008	R\$ 63.761,46	R\$ 58.919,60	2.331	0,92	R\$ 25,28
	2009	R\$ 896.642,00	R\$ 516.642,00	4.985	0,58	R\$ 103,64
Benefícios com Segurança Alimentar e Nutricional	2007	R\$ 18.545.013,56	R\$ 16.976.801,97	50.833	0,92	R\$ 333,97
	2008	R\$ 23.501.079,56	R\$ 21.720.849,90	53.939	0,92	R\$ 402,69
	2009	R\$ 23.992.326,00	R\$ 20.094.607,97	49.072	0,84	R\$ 409,49
Cisterna Construída	2007	-	-	-	-	-
	2008	R\$ 1.736.789,29	R\$ 1.736.790,27	30	1,00	R\$ 57.893,01
	2009	R\$ 1.194.778,65	R\$ 1.194.778,65	13.420	1,00	R\$ 89,03

Valores Reais

O ANALFABETISMO NO CEARÁ - RPR II

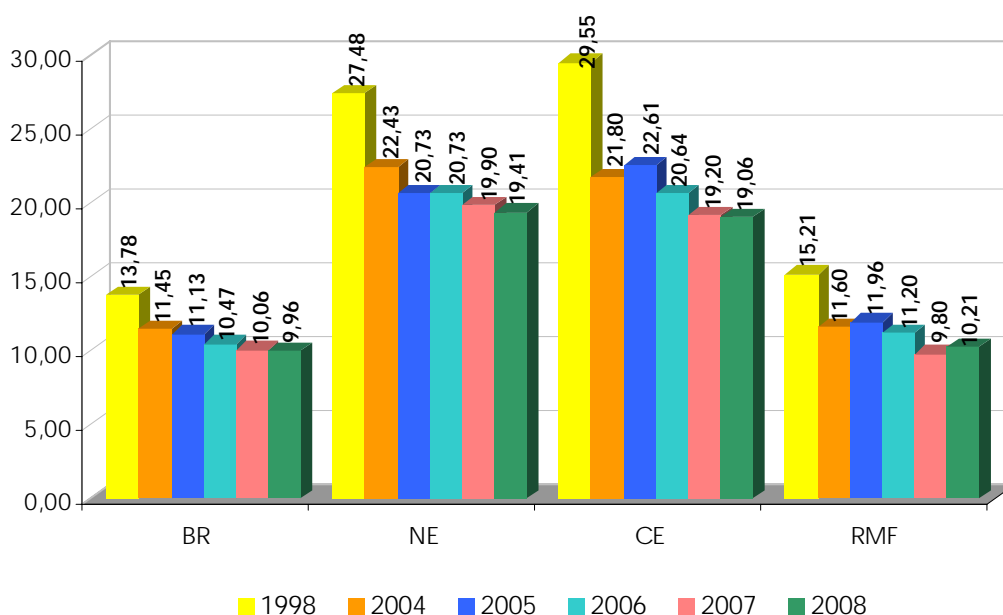
O analfabetismo se constitui em mais um dos mais graves problemas da sociedade brasileira, sendo assim um dos temas mais debatidos quando se discutem políticas sociais. Em função deste fato, diversos programas de combate ao analfabetismo têm sido implementados nos últimos anos, principalmente nos âmbitos federal e estadual. No entanto, as taxas de analfabetismo no Brasil, principalmente na região Nordeste e mais ainda no estado do Ceará têm se reduzido, mas ainda não alcançando significativamente a média nacional.

A discussão a respeito da melhor forma de combater o analfabetismo, parte do pressuposto consensual de que saber ler e escrever são condições indispensáveis para que um indivíduo possa exercer seus direitos e deveres como cidadão e para poder inserir-se minimamente no mercado de trabalho. Além disso, do ponto de vista social, a taxa de analfabetismo se constitui um critério necessário para caracterizar os níveis de desenvolvimento humano e de inclusão social de uma sociedade.

A taxa de analfabetismo absoluta corresponde à taxa de pessoas com 15 ou mais anos de idade que não sabem ler e escrever. De acordo com esse indicador, podemos observar pelo gráfico 1 abaixo que a situação da educação no Brasil apresentou melhoras significativas nos últimos anos, sendo também este indicador aliado ao aumento regular da escolaridade média e da taxa de escolarização. Embora essas taxas de analfabetismo venham se reduzindo, ainda são consideradas altas para os padrões internacionais, visto que nos países desenvolvidos a taxa de analfabetismo é praticamente nula, o que pode ser constatado a partir dos dados da PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE apresentados no gráfico abaixo.

De acordo com os dados da PNAD, observa-se uma queda da taxa de analfabetismo no Brasil ao longo de 10 anos; já na região Nordeste esta queda é maior no mesmo período, no entanto, ainda se distancia bastante da taxa brasileira, pois no início do período em análise, o Nordeste, assim como o Estado do Ceará, tinha taxas de analfabetismo bem maiores do que a taxa média do Brasil, chegando a apresentar uma taxa com o valor maior que o dobro da taxa do Brasil no ano de 2008. A Região Metropolitana de Fortaleza tem índices similares ao do Brasil, o que demonstra que há grandes disparidades do meio rural para a região metropolitana.

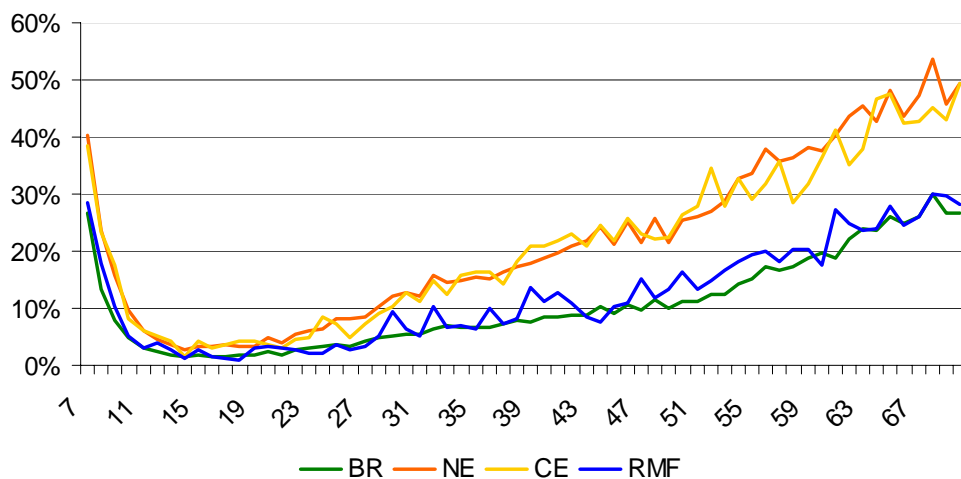
Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo 15 anos ou mais – 1998 a 2008.



Fonte: PNAD/ IPECE.

Uma informação importante acerca do analfabetismo no Brasil diz respeito à composição etária dos analfabetos no país. O gráfico 2 a seguir apresenta a taxa de analfabetismo em diferentes faixas de idade no Brasil em 2008.

Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo por faixa etária - 2008.

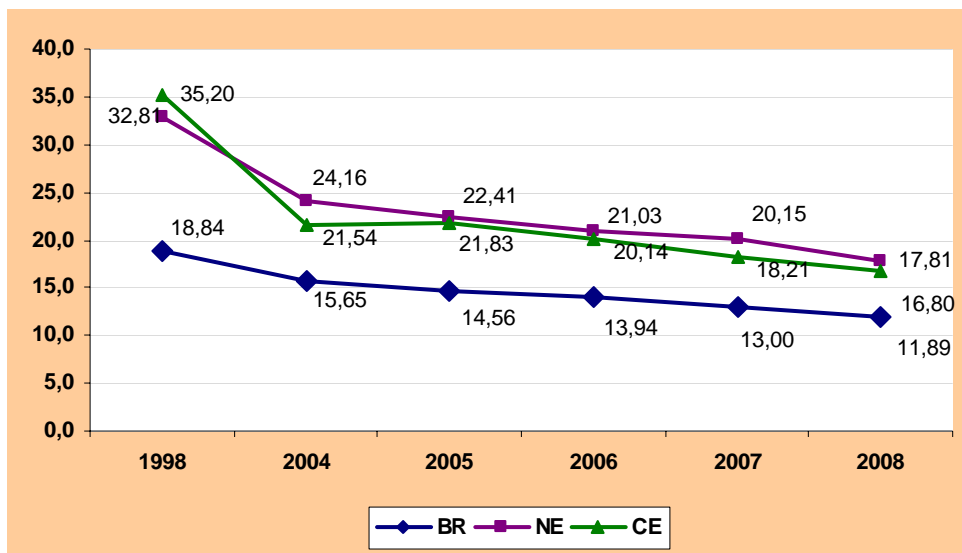


Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais/IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Dentro desta perspectiva, o gráfico 2 apresenta um retrato mais detalhado da taxa de analfabetismo no ano de 2008 para pessoas com idade entre 7 a 70 anos. Conforme visto no último gráfico anteriormente, dois fatos são de extrema relevância: em primeiro lugar, a evolução da região Nordeste é semelhante ao Estado do Ceará, enquanto a evolução da região metropolitana de Fortaleza é semelhante ao Brasil. Em segundo lugar, como dito anteriormente, o grau de analfabetismo exacerba nas idades mais elevadas em decorrência talvez dos menores investimentos em educação no passado. Além disso, um fato importante a se observar é que nas localizações geográficas descritas, as idades iniciais apresentam também taxas elevadas decrescendo paulatinamente a partir da adolescência e juventude (a partir dos 12 anos de idade).

Diante desta constatação, no gráfico 3 foi calculada a taxa de analfabetismo a partir dos dados da PNAD/IBGE, para a faixa etária de 06 a 14 anos, que é o período do ensino fundamental.

Gráfico 3 : Taxas de Analfabetismo Infantil – 06 a 14 anos – 1998 a 2008.



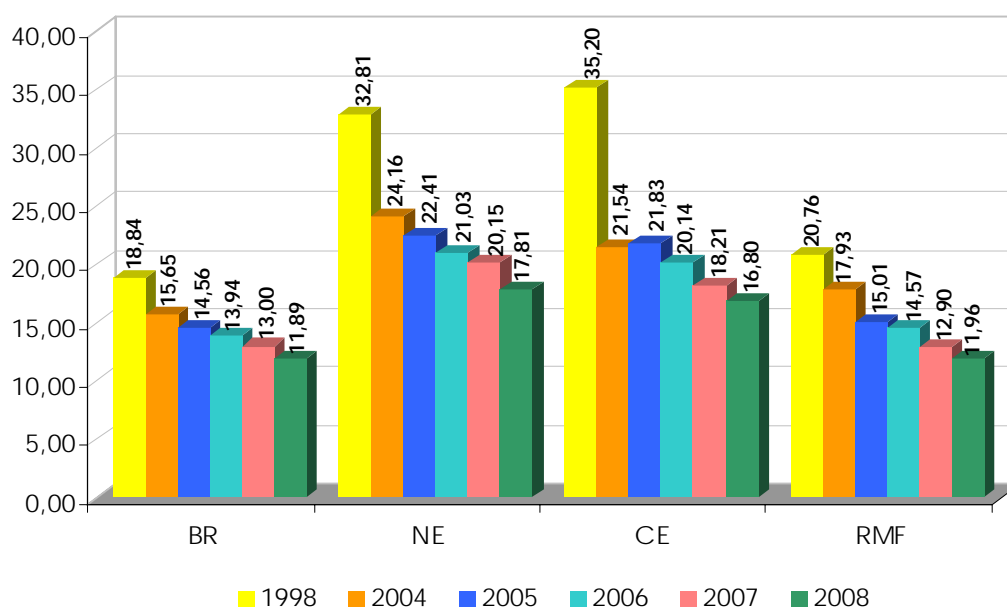
Fonte: PNAD/ IPECE

Novamente pode-se observar pelo gráfico acima que as taxas de analfabetismo infantil do Estado do Ceará, seguem a mesma trajetória da outra taxa para faixa etária maior, ou seja, a taxa do Ceará vem decrescendo, mas ainda mantêm-se distante das taxas média de analfabetismo do Brasil, e ainda mais distante ainda dos padrões internacionais de países desenvolvidos.

Uma questão que surge a partir dessas constatações é: por que a região Nordeste, com vários programas de erradicação do analfabetismo, não está conseguindo reduzir de forma significativa a taxa de analfabetismo nos últimos anos? Por que o estado do Ceará com tantos incentivos a erradicação do problema, ainda não chegou a taxas similares as taxas do Brasil. Esse questionamento motiva a fazer uma avaliação dos programas de erradicação do analfabetismo implementados no Estado, verificando se os programas estão sendo efetivos.

Considerando-se o ano de 1998 e o período entre 2004 e 2008, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), pode-se verificar, tanto em termos absolutos como relativos, qual é a situação do Ceará em termos de sua taxa de analfabetismo para pessoas entre 06 e 14 anos de idade. Assim, apresenta-se o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 : Taxa de Analfabetismo na idade de 06 a 14 anos



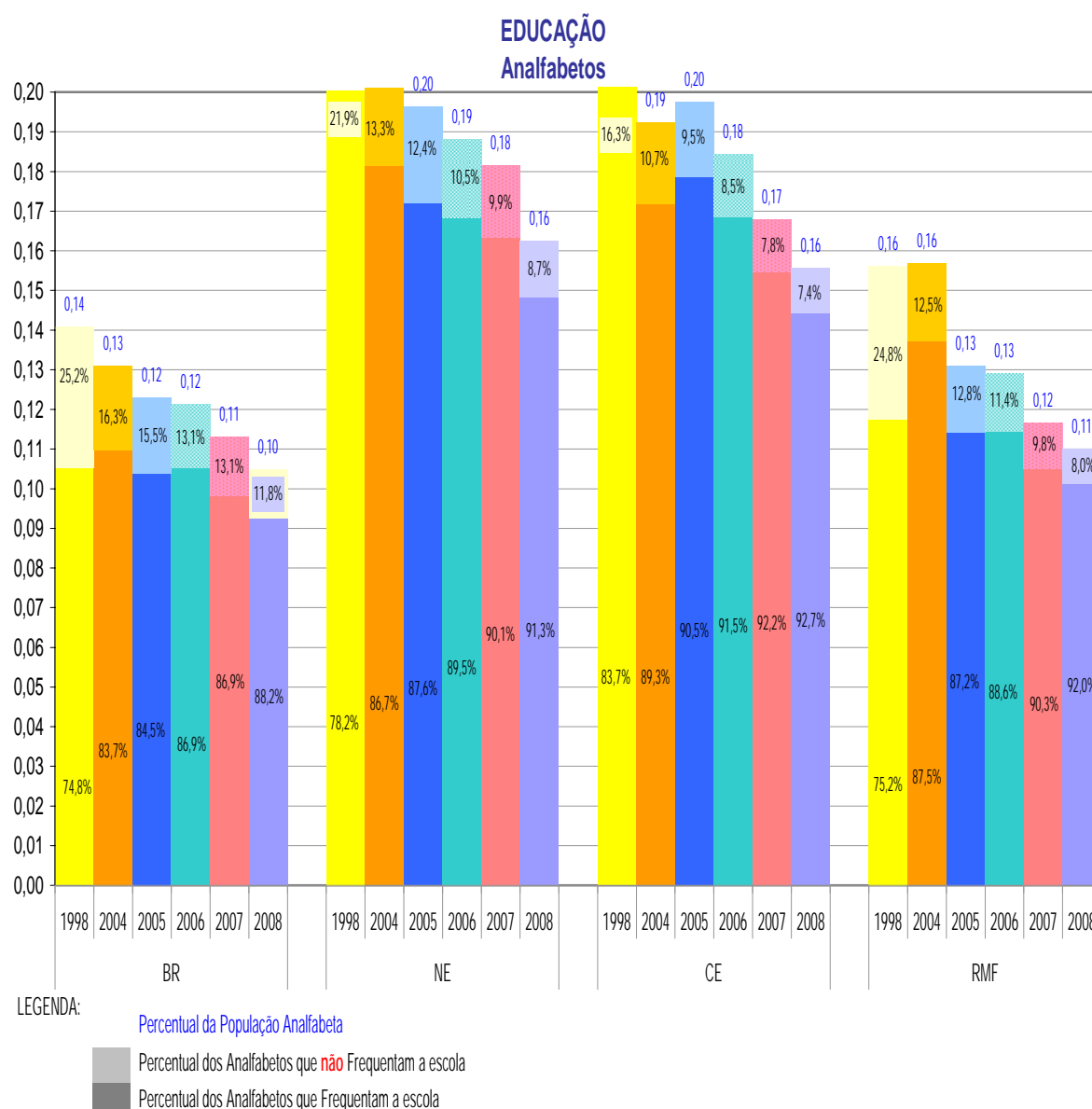
Fonte: IBGE/PNAD

Conforme o gráfico indica, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda no período considerado tanto no Ceará como no Brasil, no Nordeste, e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em termos proporcionais, a taxa do Ceará reduziu-se de forma compatível com o padrão nordestino, e mais que proporcional ao padrão da média nacional. Em um período de 10 anos a taxa de analfabetismo infantil no Ceará reduziu quase que pela metade em termos percentuais.

Apesar dos avanços ocorridos, a taxa de analfabetismo do Estado nessa faixa etária é ainda bastante elevada, já que, em 2008, cerca de 16,8% da população cearense entre 06 e 14 anos de idade não se dizia capaz de ler ou escrever, segundo os dados da PNAD. Comparando esse dado com o do Brasil, percebe-se, ainda, que a proporção de analfabetos do Estado nessa faixa etária é quase que 50% a mais da média nacional. Já a situação na RMF é melhor e está bem mais próximo do padrão brasileiro, o que fornece indícios acerca da grande disparidade que existe entre esta região metropolitana e o resto do Estado.

Quando se considera o valor absoluto de crianças freqüentando cursos de alfabetização, o Gráfico 5 a seguir, nota-se que este número tem crescido nos últimos anos em todo o Brasil, havendo uma elevação significativa na quantidade de pessoas freqüentando a escola entre os anos de 1998 e 2008. No gráfico 5 abaixo temos a observação das crianças que estão matriculadas freqüentando a escola e a respectiva taxa de analfabetismo.

Gráfico 5: Taxa de Analfabetismo dos estudantes que freqüentam a Escola, de 06 a 14 anos – 1998 a 2008.

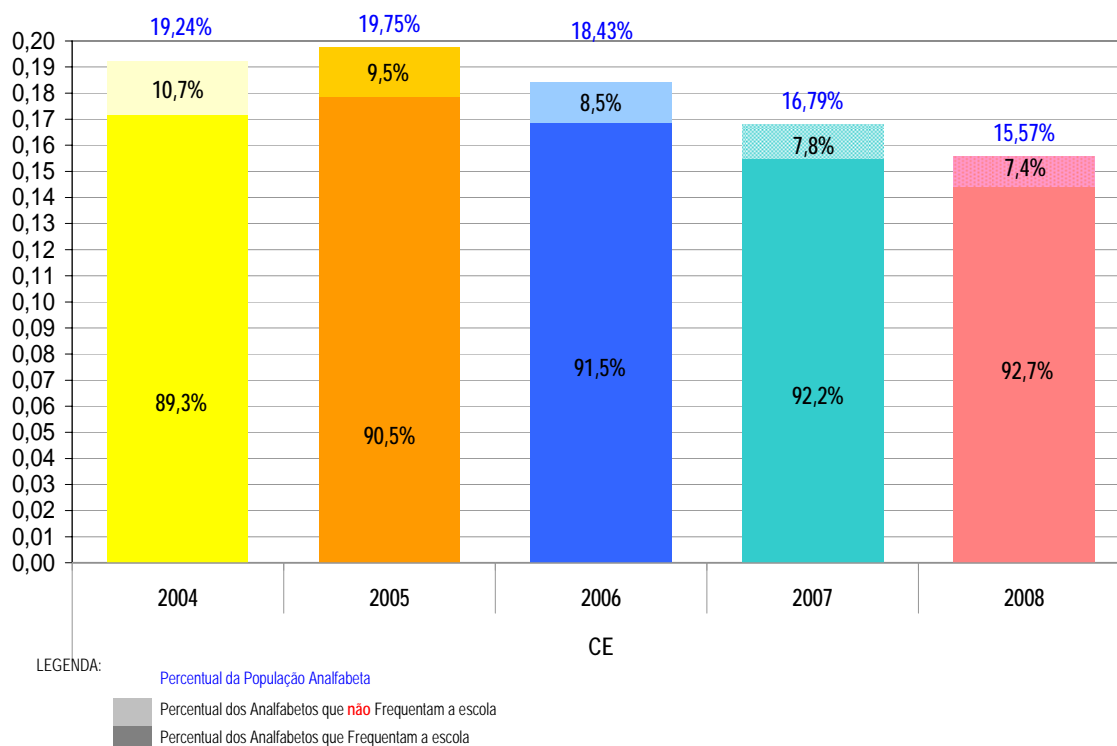


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD/IBGE

No gráfico acima, mostra uma fotografia ao longo do período da frequência escolar e taxa de analfabetismo. Verifica-se que 88,2 % das crianças são analfabetas e estão frequentando a escola em 2008 no Brasil; ao passo que em 1998 esse percentual era de 74,8 %. O que demonstra um aumento da frequência de analfabetos na escola.

Retratando o Estado do Ceará isoladamente no gráfico 6, fica mais fácil de visualizar a tendência crescente de frequência escolar, mas que no entanto continuam analfabetas.

Gráfico 6: Taxa de Analfabetismo dos estudantes que freqüentam a Escola, de 06 a 14 anos – Ceará - 2004 a 2008.



Diante desta problemática, diversos programas de Governo para combater o analfabetismo no âmbito federal e estadual vem sendo desenvolvidos com vista a eliminar o problema do analfabetismo.

PAIC – PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O objetivo principal do PAIC é que as crianças da rede pública municipal de ensino fundamental sejam alfabetizadas até os sete anos de idade, lendo,

escrevendo, e compreendendo um texto compatível com seu nível de desenvolvimento.

Embora a responsabilidade final da alfabetização seja dos municípios, o Governo do Estado tomou para si a tarefa de estimular e complementar as ações municipais, com o objetivo de que os municípios passem a alcançar maior eficácia no processo de alfabetização.

Diante disso, o programa organizou-se em cinco eixos relativamente independentes, focados em meios complementares de se obter resultados intermediários:

RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS DE PESSOAL
<p>2008 R\$ 27.881.656,64 - Governo Estadual R\$ 14.753.735,20 - Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de material didático: 95,5% • Pessoal: 3,5% • Outros:1% <p>2009 R\$ 9.724.948,65 - Governo Estadual R\$ 12.459.180,00- Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de material didático: 72,1% • Pessoal: 20,3%% • Outros:7,6% 	<p>Coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 Coordenador • 4 assessores • 12 especialistas • 12 bolsista • 12 tutores <p>Cada município tem uma gerência com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 gerente • 2 assistentes • Apoio de outros programas da Secretaria de Educação do Estado..

PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS DOS EIXOS	RESULTADO FINAL ESPERADO DO PAIC	IMPACTOS POSTERIORES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestores escolares escolhidos com base em seus méritos; 2. Professores alfabetizadores em permanente aperfeiçoamento, valorizados e estimulados; 3. Atendimento de 100% das crianças de 6 a 14 anos de idade; 4. Municípios realizando pelo menos uma vez ao ano uma avaliação do nível de alfabetização dos alunos; 5. Alfabetizar as crianças até o final do 	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação do analfabetismo das crianças até os sete anos de idade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;

<p>2º ano do Ensino Fundamental.</p> <ol style="list-style-type: none">6. Atitude adequada da família.7. Melhoria da educação infantil;8. Melhor competência leitora dos alunos;		
--	--	--

RELAÇÃO ENTRE RESULTADOS ESPERADOS DOS EIXOS E RESULTADO FINAL ESPERADO DO PAIC

Os resultados esperados dos eixos têm se mostrado bem relacionados com o resultado final esperado do PAIC. Duas questões, entretanto, devem ser colocadas:

Sobre o Resultado 2: Professores alfabetizadores em permanente aperfeiçoamento, valorizados e estimulados.

Deve-se atentar para a diferença entre *Políticas de Valorização* e *Políticas de Estímulo*. Embora sejam intrinsecamente relacionadas, estas podem diferir.

Sobre *Valorização* entende-se principalmente a elevação dos padrões gerais dos professores, tanto do ponto de vista de sua qualificação, como de sua remuneração. Um caso clássico é o da Finlândia, que mostrou o melhor resultado no exame PISA de 2007, onde a profissão de professor é a carreira mais desejada entre os estudantes do ensino médio.

Sobre *Incentivo*, entende-se mais a prática de premiação (financeira, ou de outra natureza) para os professores a partir dos resultados dos alunos. Para que isso seja possível, faz-se necessário uma avaliação criteriosa, em especial, que leve em conta o desempenho relativo dos alunos de cada professor, diferenciando-se especialmente a partir da melhoria de uma nota ruim, ou a manutenção de uma nota boa. Este critério deve ser estudado cuidadosamente, pois se mal elaborado pode trazer um desestímulo.

Dessa forma, faz-se necessária uma melhor diferenciação entre essas duas ferramentas complementares, e a identificação mais precisa de sua atuação.

Sobre o Resultado 4: Municípios realizando pelo menos uma vez ao ano uma avaliação do nível de alfabetização dos alunos

A avaliação é uma ferramenta fundamental, mas para que mostre resultados deve ser feita com certa frequência. Além disso, deve ser acompanhada de medidas de

correção e aperfeiçoamento das políticas. O fato da avaliação municipal ser apenas uma vez ao ano reduz muito as possibilidades de intervenção. Além disso, as ferramentas de correção devem ser sistematizadas. Deve-se levar em conta que de fato parte dos municípios deve reagir positivamente aos resultados mostrados nas avaliações, modificando e aperfeiçoando suas ferramentas de ação. Entretanto, grande parte dos municípios pode, possivelmente, mostrar-se mais resignada nesse sentido, ou não dominar com precisão suas possibilidades de ação. Assim, faz-se necessário estabelecer melhor as possibilidades de ações municipais que de fato corrijam as políticas, e melhorem os resultados observados.

Para se atingir estes resultados intermediários, o PAIC se estruturou-se em cinco eixos relativamente independentes:

1. Gestão Municipal
2. Avaliação Externa
3. Alfabetização
4. Educação Infantil
5. Literatura Infantil e Formação do Leitor

Cada um destes eixos tem uma série de ações previstas, e se complementam na busca dos objetivos intermediários citados. Uma exceção é o eixo de Alfabetização, cujo objetivo coincide diretamente com o objetivo final do PAIC.

A seguir destacam-se as seguintes atividades e produtos esperados de cada eixo:

ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS ESPERADOS DO EIXO
1. EIXO DA GESTÃO MUNICIPAL		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de equipes locais para a elaboração e acompanhamento dos planos municipais; 2. Definição de critérios para contratação de gestores focados no mérito; 3. Identificação e divulgação das ações de secretarias e escolas que têm promovido maior incentivo e valorização dos alfabetizadores; 	<p>Definição das políticas municipais de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento dos indicadores escolares de evasão, abandono, distorção e qualidade da alfabetização, e direcionamento de ações para melhorá-los; • Formação continuada de professores alfabetizadores; • Valorização e estímulo aos professores a partir do desempenho; • Correta escolha de gestores escolares. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestores escolares escolhidos com base em seus méritos; 2. Professores alfabetizadores em permanente aperfeiçoamento, valorizados e estimulados; 3. Atendimento de 100% das crianças de 6 a 14 anos de idade; 4. Correção do fluxo escolar;
EIXO DA GESTÃO MUNICIPAL - OBSERVAÇÕES		
<p>Com relação ao item 3, deve-se observar que é possível definir ações mais sistematizadas, com resultados comprovados, a partir de pesquisas prévias.</p>		<p>Com relação aos resultados esperados 1 e 2, mostra-se a necessidade do estabelecimento de indicadores de acompanhamento, como pesquisas amostrais ou censitárias que avaliem o grau de sucesso na obtenção desses objetivos.</p>

ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS ESPERADOS DO EIXO
2. EIXO DA AVALIAÇÃO EXTERNA		
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um protocolo de avaliação para os municípios • Realizar capacitação das equipes dos CREDE e SME • Supervisionar a avaliação realizada pelos municípios • Construção de uma base de dados consolidada • Realizar análises dos resultados obtidos pelas avaliações 	Equipes dos CREDE e SME que valorizam, sabem aplicar e utilizar um sistema de avaliação do nível de alfabetização dos alunos.	Municípios realizando pelo menos uma vez ao ano uma avaliação do nível de alfabetização dos alunos
EIXO DA AVALIAÇÃO EXTERNA - OBSERVAÇÕES		
	Faz-se necessário o estabelecimento de indicadores da qualidade da avaliação feita pelos municípios. Se a qualidade é baixa, ao invés de ajudar, pode atrapalhar.	Apenas uma análise ao ano reduz a possibilidade de se concentrar nos casos mais deficientes, ou premiar os professores e gestores de maior sucesso.

ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS ESPERADOS DO EIXO
3. EIXO DA ALFABETIZAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> • Guia de sugestões para o envolvimento das famílias no processo de alfabetização. • Capacitação das equipes das SME através de seminários e oficinas. • Assessoria e apoio técnico-pedagógico para a implementação de propostas didáticas de alfabetização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada de professores alfabetizadores. • Material didático de alfabetização para professores e alunos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Todas as crianças da rede pública alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental; 2. Atitude adequada da família;
EIXO DA ALFABETIZAÇÃO - OBSERVAÇÕES		
		<p>O papel da família não parece bem desenvolvido. Uma grande quantidade de estudos têm mostrado que as famílias exercem um papel importante, algumas vezes superior ao das escolas. Esse tema merece maior atenção, o que pode envolver outras parcerias da ação governamental, como agentes de saúde, que conhecem bem a realidade das famílias mais carentes do interior do estado.</p>

ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS ESPERADOS DO EIXO
4. EIXO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e análise das políticas municipais de educação infantil no Estado; • Elaboração e acompanhamento de uma proposta pedagógica dirigida para o ensino infantil em cada município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de políticas municipais de formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da educação infantil;
EIXO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - OBSERVAÇÕES		
		<p>Não estão definidos indicadores de resultado. É necessário aprofundar a discussão dos resultados esperados nesse eixo com maior detalhamento.</p>

ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS ESPERADOS DO EIXO
5. EIXO DA LITERATURA INFANTIL E FORMAÇÃO DO LEITOR		
<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento as SME capacitarem os professores; • Aquisição de títulos para as bibliotecas escolares e salas de aula de 02 títulos por aluno. • Oficinas para a criação dos clubes de leitura; • Identificação e divulgação das melhores ações de formação de leitores • Elaboração e implementação do programa de TV. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bibliotecas e salas de aula com acervo de pelo menos 02 livros por aluno 2. Capacitação continuada em formação leitora e dinamização do acervo para professores; 3. Clube de leitura para professores e membros da comunidade escolar; 4. Revista SEDUC 5. Programa de TV de incentivo à leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor competência leitora dos alunos;
EIXO DA LITERATURA INFANTIL E FORMAÇÃO DO LEITOR - OBSERVAÇÕES		
	<p>Deve-se estabelecer indicadores de realização dos produtos, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horas por aluno de utilização da biblioteca; • Percentual do público alvo que de fato leu a revista; • Atividades realizadas nos clubes de leitura; • Audiência do programa; • Avaliação dos professores em formação de leitores. 	

RESULTADOS OBSERVADOS

Apesar dos resultados intermediários não apresentarem indicadores claros, o resultado final apresenta um indicador bastante preciso, a prova do Spaece-Alfa. Nessa prova, são avaliados todos os alunos do segundo ano do ensino fundamental, com relação ao seu nível de alfabetização. A avaliação tem se mostrado extremamente rigorosa, em especial pela cultura de avaliação externa já presente no Brasil desde a instituição do SAEB, na década de 1990.

Até a data atual, dispõe-se dos resultados das provas do SPAECE-ALFA feitas em 2007 e 2008, avaliando diretamente os resultados finais do PAIC no primeiro ano de implementação. Deve-se observar que os resultados ainda são parciais, pois as ações do PAIC se direcionam para os alunos dos dois primeiros anos do ensino fundamental, e o SPAECE-ALFA só avalia o aluno no final do segundo ano. Como o programa foi implantado em 2008, o primeiro ano revela ainda uma avaliação parcial. A avaliação de 2009 poderá mostrar resultados mais claros, quando os alunos avaliados já acumularão de fato os dois anos pretendidos pelo PAIC.

Mesmo assim, os resultados iniciais se mostraram positivos. Dos 184 municípios cearenses, 136 (74%) mostraram melhoria, e 54 (29%) mostraram uma melhoria superior a 20% de seus resultados.

Analisando por outro ângulo, em 2007 observou-se 38 municípios com uma média correspondente ao grau de *Alfabetização Incompleta*, e em 2008 este número se reduziu para 10. Na outra extremidade, em 2007 apenas 52 municípios obtiveram uma nota média que satisfizesse o grau de *Alfabetização Suficiente*, e em 2008 esse número se elevou para 92.

EFICIÊNCIA FINANCEIRA

Com a divulgação do *SPAECE-ALFA 2009*, e posteriormente com a *PROVA BRASIL 2011* (avaliação feita pelo Governo Federal), poderá se fazer uma avaliação melhor da eficiência do programa. Com a confirmação definitiva dos resultados, o programa se mostrará muito eficiente, pois suas ações são essencialmente de complementação de políticas municipais, com custos muito reduzidos para resultados dessa importância.

O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO CEARÁ - RPR III

O presente relatório tem como objetivo compor uma análise preliminar de um dos principais problemas da área de saneamento básico no Estado do Ceará: a baixa cobertura do esgotamento sanitário. Além dessa análise, organiza-se a adaptação do desenho da política de esgotamento sanitário a um modelo lógico, com vistas à composição de um Relatório Produto-Resultado.

Questões de saneamento ganham cada vez mais importância em função de novas evidências dos impactos positivos da salubridade ambiental para o bem-estar das pessoas. Em 2008, o ano foi anunciado como Ano Internacional do Saneamento Básico pela ONU, dando maior destaque ao tema e mobilizando ações voltadas para os problemas ainda existentes. Além disso, o Brasil é signatário das Metas de Desenvolvimento do Milênio que compromete o país a reduzir à metade o déficit de acesso ao saneamento no período 1990 a 2015.

2. Esgotamento sanitário no Ceará

O reconhecimento de que as condições de saneamento básico possuem impactos diretos sobre o bem-estar das pessoas remete-se aos fortes impactos sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente. A oferta de serviços de saneamento básico também constitui um importante instrumento de inclusão social, dado que condições precárias de saneamento produzem situações de vulnerabilidade sócio-ambiental, sobretudo em áreas onde existe um custo mais elevado para a universalização dos serviços ou em áreas ocupadas por segmentos sociais mais empobrecidos. No Estado do Ceará as condições de acesso são ainda mais precárias; parte da população encontra-se em situação de pobreza e indigência⁵, 150 dos 184 municípios do Estado se encontram na região do semi-árido nordestino, onde o acesso restrito aos recursos hídricos naturais inviabiliza as soluções mais adequadas.

A parcela dos domicílios com acesso a água adequada no Estado apresentou valores inferiores se comparado com o resultado do Brasil de 1998 a 2008, como ilustrado no Gráfico 2.1 elaborado a partir dos dados da PNAD⁶. Porém, destaca-se a redução da diferença que em 1998 era de aproximadamente 22 pontos percentuais e caiu para 3,2 pontos percentuais em 2008, ou seja, houve uma redução de 85% da diferença dos

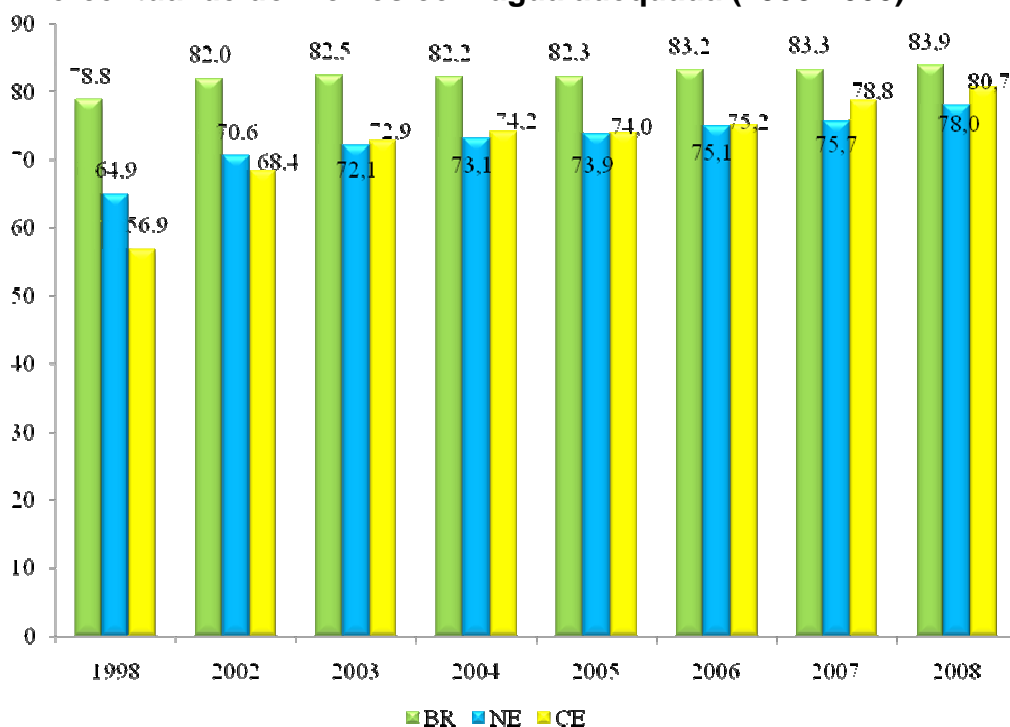
⁵ Em 2008, 51% das pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, sendo 22% abaixo da linha de indigência. Veja: “Indicadores Sociais do Ceará 2008” em www.ipece.ce.gov.br

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

domicílios com água adequada no Brasil e no Ceará. Essa redução se deveu ao crescimento da cobertura de água que no Ceará foi de 42% enquanto o Brasil aumento sua cobertura em 4%.

Ainda no Gráfico 2.1, percebe-se que em 1998 o Ceará apresentou 56,9% dos domicílios com água adequada, enquanto a região Nordeste ficou um patamar acima com 64,9%. Esse resultado se inverteu a partir de 2003 chegando em 2008 com o Ceará com 80,7% e o Nordeste com 78%.

Gráfico 2.1. Percentual de domicílios com água adequada (1998-2008)

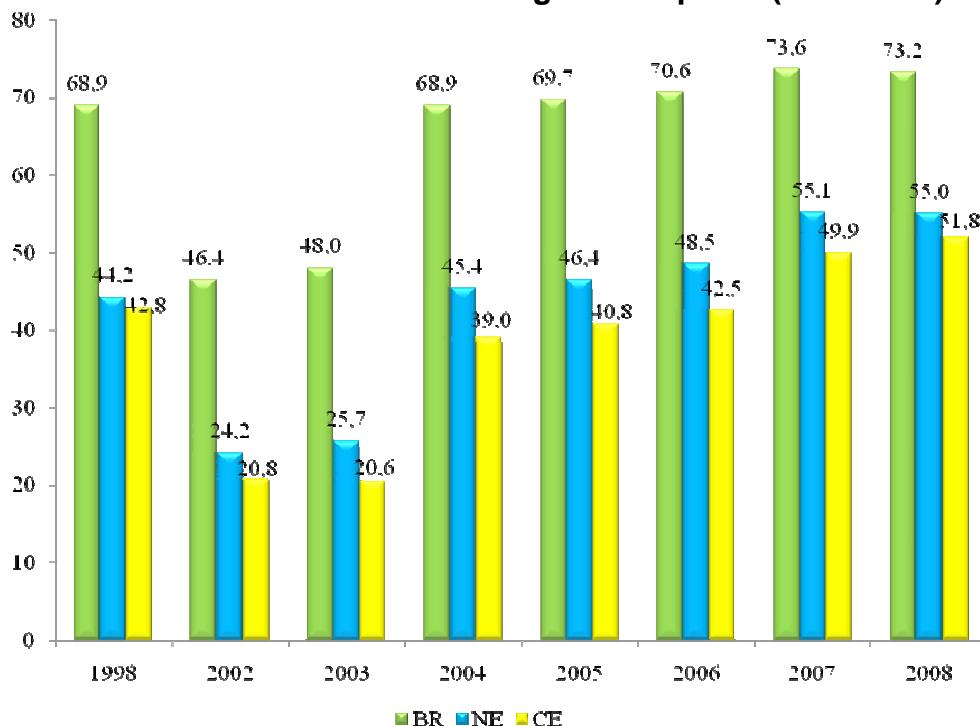


Fonte: PNAD/IBGE.

O Gráfico 2.2 mostra a parcela dos domicílios com esgoto adequado no Brasil, Nordeste e Ceará de 1998 a 2008. Apesar do aumento da cobertura, o Ceará apresentou resultados inferiores que o Brasil e o Nordeste em todo o período.

Além de prover melhores condições de vida para a população, a estrutura de saneamento também exerce efeitos sobre a balneabilidade de localidades turísticas, podendo afetar uma das mais importantes atividades econômicas do Estado do Ceará.

Gráfico 2.2. Percentual dos domicílios com esgoto adequado (1998-2008)



Fonte: PNAD/ IBGE.

O Gráfico 2.3 apresenta a evolução do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Ceará apontando para as diferenças entre a Região Metropolitana (capital e periferia) e o interior do Estado. Os dados do gráfico também são da PNAD, mas tabulados pelo Instituto Trata Brasil⁷.

As informações existentes mostram que o grande desafio da ampliação do acesso ao esgotamento sanitário no Ceará está no estabelecimento de uma estrutura de saneamento em pequenos aglomerados urbanos e em áreas rurais, bem como em áreas periféricas urbanas. Nestas áreas algumas dificuldades técnicas são impostas:

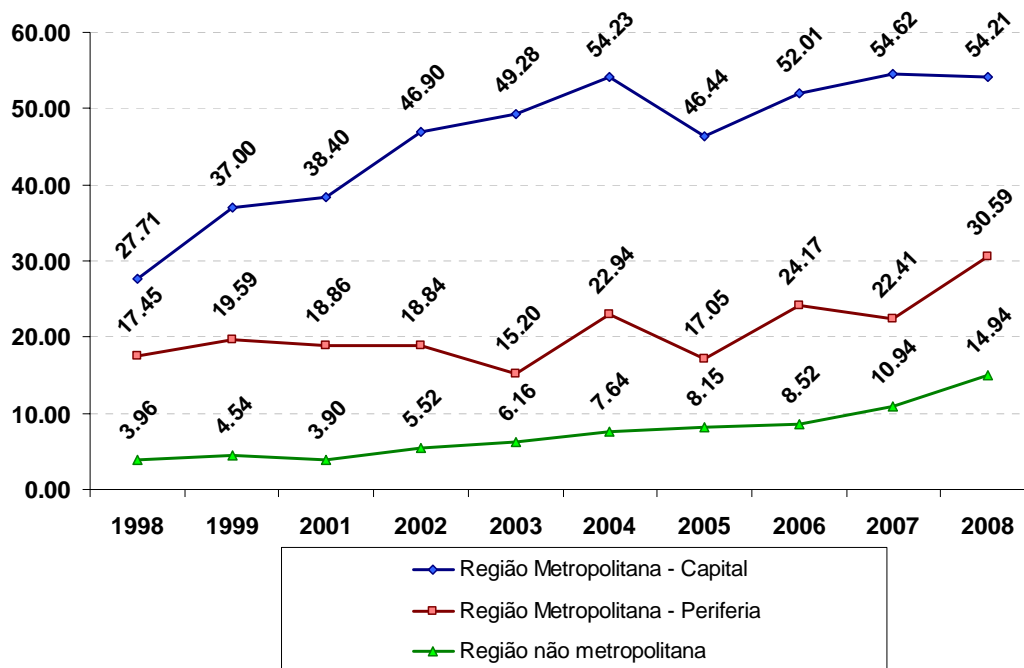
- distâncias entre edificações (particularmente em áreas rurais);
- ausência de água encanada;
- inviabilidade econômica de investimentos em infra-estrutura.

No Interior do Estado, principalmente nas áreas rurais também são encontradas algumas dificuldades decorrentes do nível educacional e do acesso a informação, principalmente na percepção da relação entre o uso do sistema de saneamento e a

⁷ <http://www.tratabrasil.org.br>

melhoria da condição de saúde. Este aspecto impacta diretamente na realização de ações individuais.

Gráfico 2.3: Diferenças de acesso a esgotamento sanitário no Ceará – Região Metropolitana e Interior (1998-2008).



Fonte: Trata Brasil - CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

As ações de saneamento na área rural têm como principal eixo os modelos de gestão implantados pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) em conjunto do o programa KFW.

O programa KFW II tem como objetivo central contribuir para a melhoria das condições de saúde pública de comunidades rurais através da implantação de sistemas de abastecimento de água potável com ligações domiciliares hidrometradas e sistemas de esgotamento sanitário coletivo ou individual, inclusive com módulos sanitários domiciliares.

2.1. A oferta de serviços de saneamento no Ceará

Com relação à oferta dos serviços de abastecimento de água e esgoto existem três formatos de operação de sistemas de saneamento no Estado do Ceará: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

A CAGECE é uma sociedade de economia mista, tendo como principal acionista o Governo do Estado. A CAGECE atua em 251 localidades do Estado com sistemas de

abastecimento de água e em 64 localidades com coleta e tratamento de esgoto, sendo 149 municípios atendidos.

A CAGECE possui papel central na política de saneamento básico do Estado do Ceará. Dentre as suas atribuições nos diversos programas de saneamento estão relacionadas:

- Implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário;
- Elaboração de projetos dos Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Realização de estudos de viabilidade técnica e econômica;
- Licitação, supervisão e implementação das obras;
- Implantação do programa de Educação em Saúde e Mobilização Social;

Tem-se que os sistemas de 26 municípios são operados pelos SAAE's, sendo a cidade do Crato pela SAAEC (Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato) e as demais cidades pela Administração direta dos municípios.

Por fim, as unidades do SISAR atuam sob um modelo de gestão atendendo pequenas comunidade rurais, em que o poder público fica responsável pela estrutura física e a comunidade pela manutenção e operação dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário. Cada SISAR é formado pelas associações das comunidades beneficiadas com o saneamento rural, localizadas por bacias hidrográficas.

2.2. Avaliação do Setor de Saneamento

A avaliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário também não constitui uma tarefa trivial. A abordagem mais usual é a de recorrer à indicadores de cobertura de atendimento, disponível em fontes oficiais (como o IBGE). O procedimento padronizado tem sido o de se levantar, em geral para as populações urbana, rural e total, o número de moradores com acesso aos serviços e determinar sua proporção em relação ao total da respectiva população. Diversas imprecisões são verificadas no processo de coleta e análise dos dados: a definição de urbano e rural; a determinação dos totais populacionais; a determinação da população atendida e, sobretudo, o conceito de acesso [REZENDE, *et al.* (2007)]⁸.

⁸ REZENDE, S.; WAJNMAN, S.; CARVALHO, J. A. M.; HELLER, L. Integrando oferta e demanda de serviços de saneamento: análise hierárquica do panorama urbano brasileiro no ano 2000. Revista de Engenharia Sanitária Ambiental, v. 12, n. 1, jan/mar, 2007.

Na avaliação do atendimento pelos serviços, é necessário destacar assimetrias em várias dimensões. A mais evidente está na desigualdade de acesso associada ao local de moradia, urbano ou rural, região metropolitana e municípios no interior do Estado. Mas também podem ser verificadas diferenças de acesso, de forma não surpreendente, quando consideramos as desigualdades de renda e de educação formal.

No que diz respeito à avaliação econômica do setor de saneamento devem ser considerados aspectos determinantes da oferta e da demanda destes serviços. A oferta é dada pela presença de redes de água e esgoto nas localidades. Nesse âmbito, as ações de saneamento são determinadas por características inerentes ao setor como o caráter indivisível e irreversível dos investimentos e a presença de economias de escala. Estes ganhos de escala dependem de características hidrológicas, topográficas e de adensamento urbano de cada região. Estas características definem, por exemplo, a permissão de monopólios naturais no setor.

No entanto, em muitas situações as ações de saneamento tornam-se frutos de decisões individuais, definindo o perfil da demanda pelos serviços. No plano individual, ações de saneamento são determinadas, predominantemente, por características demográficas e econômicas de indivíduos e famílias. Tais características, vão influenciar na escolha das formas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em locais onde os serviços públicos de coleta de esgoto não são ofertados, as ações individuais são uma prerrogativa. Neste caso, predominam as soluções alternativas, como o uso de fossas, mas ainda persiste, em diversas situações o despejo de dejetos no ambiente. Quando o saneamento fica a cargo do indivíduo, sua cultura e escolaridade são determinantes, bem como sua situação financeira. Por conta disso, ainda é comum a opção por soluções alternativas, como as fossas, mesmo em áreas urbanas onde os serviços estão disponíveis. Em muitos casos, como forma de evitar o ônus financeiro do serviço.

3. Programa de Saneamento Ambiental (711)

Atualmente o eixo principal da política de saneamento no Estado do Ceará é o Programa de Saneamento Ambiental, sob o código 711. O programa 711 se insere como um dos programas prioritários do Governo.

O programa teve início em janeiro de 1997 e possui previsão de encerramento em dezembro de 2024. O programa estabelece como meta final a universalização do acesso ao abastecimento de água, destinação correta de resíduos sólidos e ações de vigilância

sanitária; e uma ampliação bastante significativa do acesso aos serviços de esgotamento sanitário.

O Programa Saneamento Ambiental foi transferido, em 2007, da Secretaria da Infra-estrutura (SEINFRA) para a Secretaria das Cidades, que passou a exercer as competências relacionadas as políticas do Governo na área de saneamento ambiental, em conformidade com a Lei Nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, a qual dispôs sobre o modelo de gestão para o período 2007-2010, e com a Lei Nº 14.005, de 09 de novembro de 2007, que alterou dispositivos da Lei Nº 13.875.

A partir dos *Resultados Estratégicos de Governo* e à luz das competências estabelecidas para a Secretaria das Cidades no modelo de gestão para o período 2007-2010 foram identificados, em maio de 2007, os *Resultados Estratégicos* da Secretaria; o conjunto de ações (agrupadas em Programas de Governo) necessárias para o alcance destes *Resultados* e os principais *Produtos* a serem obtidos a partir dos recursos financeiros, humanos e materiais alocados.

Para os *Resultados Estratégicos* e *Produtos* da Secretaria das Cidades foram selecionados indicadores, através dos quais se propõe aferir a contribuição dada pela Secretaria para o alcance dos Resultados Estratégicos de Governo. Dessa forma foi elaborada a Matriz de *Resultados Estratégicos* da Secretaria das Cidades. As informações abaixo estão contidas na Matriz de Gestão Pública por Resultados (GPR) da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará⁹:

Eixo de Política: Sociedade justa e Solidária

Resultado Estratégico do Governo: Promoção de Saúde de forma descentralizada e com qualidade.

Resultado Estratégico Setorial: Melhoria das Condições de Habitação da População Cearense.

Indicadores para acompanhamento (relacionados ao programa 711)

- Percentual da população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) beneficiada com água tratada;
- Percentual da população do interior do Estado do Ceará beneficiada com água tratada;
- Percentual da população da RMF beneficiada com esgotamento sanitário;
- Percentual da população do interior beneficiada com esgotamento sanitário;

⁹ A Matriz de Gestão Pública por Resultados (GPR) da Secretaria das Cidades pode ser vista no ANEXO 1.

Produtos (relacionados ao programa 711)

Os produtos integrantes do programa, por sua vez, estão relacionados à oferta de água tratada, esgotamento sanitário e aterro sanitário. Os indicadores definidos para os produtos são:

- Ligação domiciliar de água realizada,
- Ligação domiciliar de água efetivada,
- Ligação domiciliar de esgoto realizada,
- Ligação domiciliar de esgoto efetivada,
- Aterro sanitário implantado,
- Centro de reciclagem implantado,
- Estação de transferência implantada e
- Melhoria sanitária domiciliar implantada.

Especificando os indicadores relativos a questão de esgotamento sanitário, temos:

❖ Ligação domiciliar de esgoto realizada,

- O conceito do produto “Ligação domiciliar de esgoto realizada” refere-se às ligações reais ² de esgoto, executadas em áreas nas quais foram implantadas redes coletoras de esgoto. Esse produto é obtido pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades, por intermédio da entidade vinculada, Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, a qual é concessionária desse serviço em 149 municípios do Estado.

❖ Ligação domiciliar de esgoto efetivada,

- O conceito do produto “Ligação domiciliar de esgoto efetivada” compreende as ligações de esgoto, ativas, com faturamento regular. Esse produto é obtido pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades, por intermédio da entidade vinculada, Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, a qual é concessionária desse serviço em 149 municípios do Estado.

Uma leitura atenta da matriz de GPR da Secretaria das Cidades também possibilita a identificação de indicadores relacionados ao programa habitacional (222), que é o caso do produto Melhorias sanitárias domiciliares.

Foram estabelecidas metas para os indicadores. Tais metas estão explicitadas na matriz de GPR da Secretaria das Cidades (Vide o Anexo 1).

3.1. Objetivos e beneficiários do programa

O programa estabelece como meta final a universalização do acesso ao abastecimento de água, destinação correta de resíduos sólidos e ações de vigilância sanitária; e uma ampliação bastante significativa do acesso aos serviços de esgotamento sanitário até 2024 (final do programa).

O programa Saneamento Ambiental do Ceará, tem como objetivos gerais:

Elevar os percentuais de atendimento à população do Estado, com serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de destinação final de resíduos sólidos, bem como gerenciar as ações direcionadas à redução das despesas de custeio com o pagamento das contas de água e esgoto dos prédios de uso público estadual.

Elevar os percentuais de atendimento à população do Estado, com serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de destinação final de resíduos sólidos e de abate de animais destinados ao consumo humano, bem como gerenciar as ações direcionadas à redução das despesas de custeio com o pagamento das contas de água e esgoto dos prédios de uso público estadual.

O programa que visa beneficiar toda a população cearense. De acordo com o estabelecido pelo próprio programa, ao final do deste, deverá ser beneficiada:

Serviços de abastecimento de água

- 100% da população urbana e 100% da população rural residente nas localidades com mais de 250 habitantes, com serviços de abastecimento de água bem geridos, que atendam todas as normas técnicas e legais, especialmente as ambientais;

Esgotamento Sanitário

- 90% da população de fortaleza, 60% do restante da população urbana do Estado e 50% da população rural residentes nas localidades com mais de 250 habitantes, com serviços de esgotamento sanitário bem geridos, que atendam as normas técnicas e legais, especialmente as ambientais;

Resíduos Sólidos

- 100% da população urbana, com destinação final de resíduos sólidos;

Vigilância sanitária

- 100% da população consumidora de carne, com carne oriunda de matadouros construídos e operada de acordo com a legislação e normas técnicas em vigor;

Consumo e custo nos prédios públicos

- o Estado do Ceará, com controle do consumo de água e de esgoto sanitário nos prédios de uso público e conseqüente de redução média de 15% no custeio para o pagamento das suas contas de água e esgoto.”

3.2. Estratégia de execução e operação do programa

Para execução do programa existe a exigência de um volume considerável de recursos. As necessidades de financiamento o orçamento das ações do programa de saneamento deverão constar nos mecanismos da execução orçamentária do Estado.

Nesse sentido, o desenvolvimento de mecanismos para o financiamento dos projetos, seja por convênios ou contratos de empréstimos, com o intuito de prover recursos suficientes ao cumprimento das metas estabelecidas para o programa.

Os investimentos de saneamento básico (água e esgoto) serão executados pela CAGECE, através de convênios com as Secretarias que repassarão os recursos necessários à execução das obras. A CAGECE também acumula a responsabilidade de aprovação dos projetos e a supervisão técnica das obras

A operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário será de responsabilidade da CAGECE e dos SISAR's. A CAGECE ficará com os sistemas das localidades com mais de 250 famílias, enquanto os SISAR's serão responsáveis por aquelas com mais de 50 e menor que 250 famílias. As ações na área de gestão serão desenvolvidas pela CAGECE e SISAR's, que contarão com recursos específicos para aplicação nessa área.

4. Acompanhamento do programa

4.1. Resultados

A Tabela 4.1 apresenta os resultados setoriais diretamente relacionados ao programa de Saneamento Ambiental.

Tabela 4.1: Indicadores de Resultado

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base - 2006	Posição - 2007	Posição - 2008	Posição - 2009
População de Fortaleza beneficiada com água tratada pela CAGECE (%)	97.64	97.8	97.66	97.94
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com água tratada pela CAGECE (%)	95.76	96.14	96.4	96.66
População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário pela CAGECE (%)	49.19	50.56	51.43	52.21
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com esgotamento sanitário pela CAGECE (%)	19.22	19.56	20.42	21.18

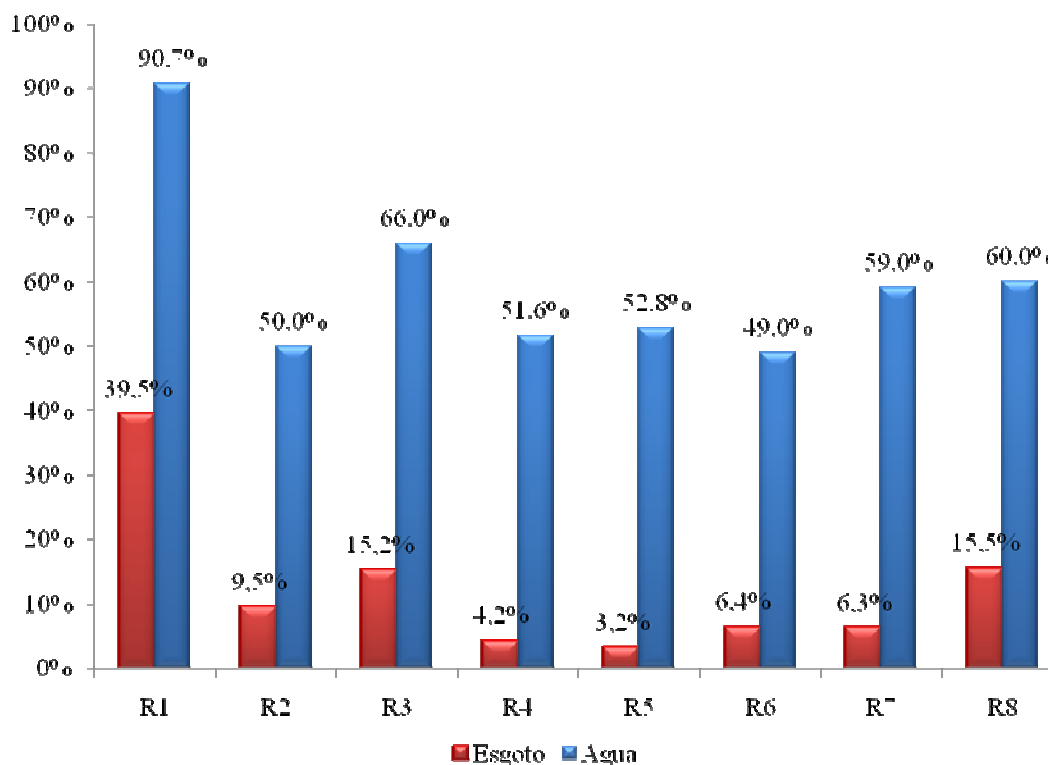
Fonte: Matriz de GPR – Acompanhamento e monitoramento dos indicadores de Resultados Setoriais/ Secretaria das Cidades/ SEPLAG

A população beneficiada por água e esgoto pode ser dividida pelas macrorregiões do Ceará e esse resultado é mostrado no Gráfico 4.1. As macrorregiões do estado são:

- R1: Região metropolitana de Fortaleza;
- R2: Litoral oeste;
- R3: Sobral/Ibiapaba;
- R4: Sertão dos Inhamuns;
- R5: Sertão central;
- R6: Baturité;
- R7: Litoral leste/ Jaguaribe;
- R8: Cariri/centro sul.

A região metropolitana de Fortaleza apresentou os melhores resultados, de certa forma esse resultado já era esperado por representar o principal centro urbano do Estado, porém destaca-se o baixo nível de esgotamento sanitário nas demais macrorregiões.

Gráfico 4.1: População beneficiada por água e esgoto por macro região do Ceará em 2008



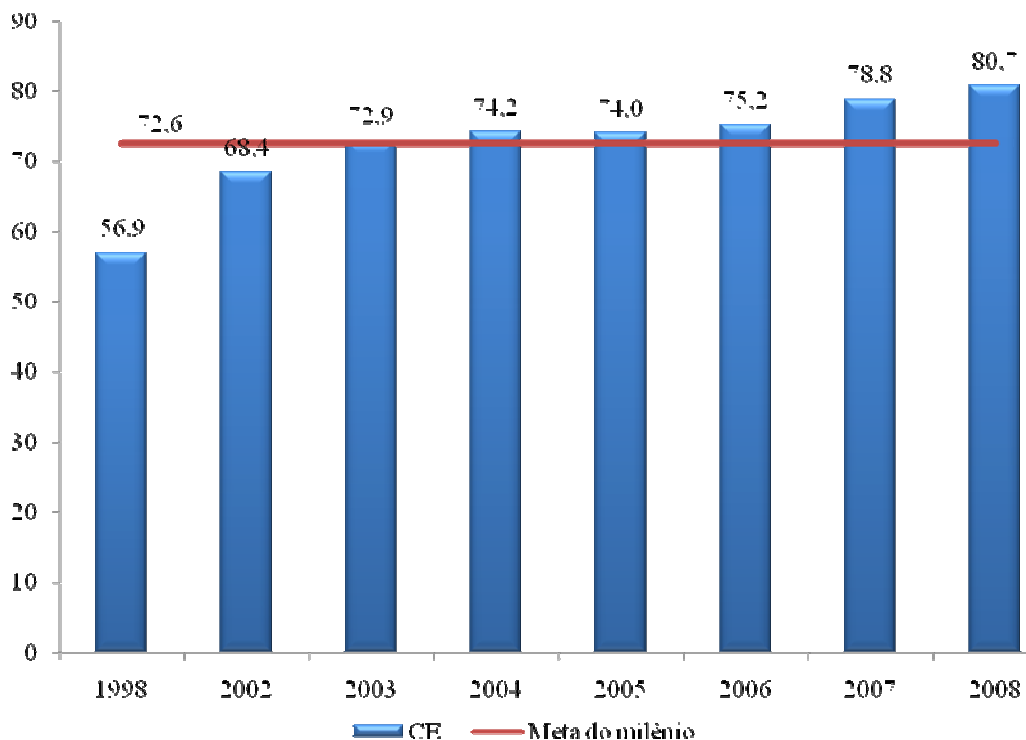
Fonte: COSAM/ Secretaria das Cidades.

Uma análise adicional, e bastante pertinente seria acompanhar a evolução da questão de saneamento em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Dentro do objetivo de número 7 que corresponde a “garantir a sustentabilidade ambiental”, tem-se como meta (meta 7C) “reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura e esgotamento sanitário”. Os indicadores de acompanhamento referem-se a proporção da população que possui acesso aos serviços de abastecimento de água tratada e melhores condições de esgotamento sanitário.

De acordo com dados censitários do IBGE, em 1992 somente 45,1% dos domicílios tinham acesso a água adequada no Ceará, nesse sentido estabeleceu-se uma meta para redução desse déficit que foi de reduzir pela metade a população sem água adequada no Estado até 2015, o que representa 72,55% dos domicílios.

De acordo com o Gráfico 4.2, a meta do milênio foi atingida no ano de 2003 apresentando 72,9% dos domicílios com água adequada. Em 2008 80,7% dos municípios disponibilizavam de água adequada no Ceará. Considerando o período de 1995 a 2008, houve um crescimento de 79% da cobertura da rede de água no Estado.

Gráfico 4.2: População beneficiada por água adequada no Ceará de 1998 a 2008 e a meta do milênio

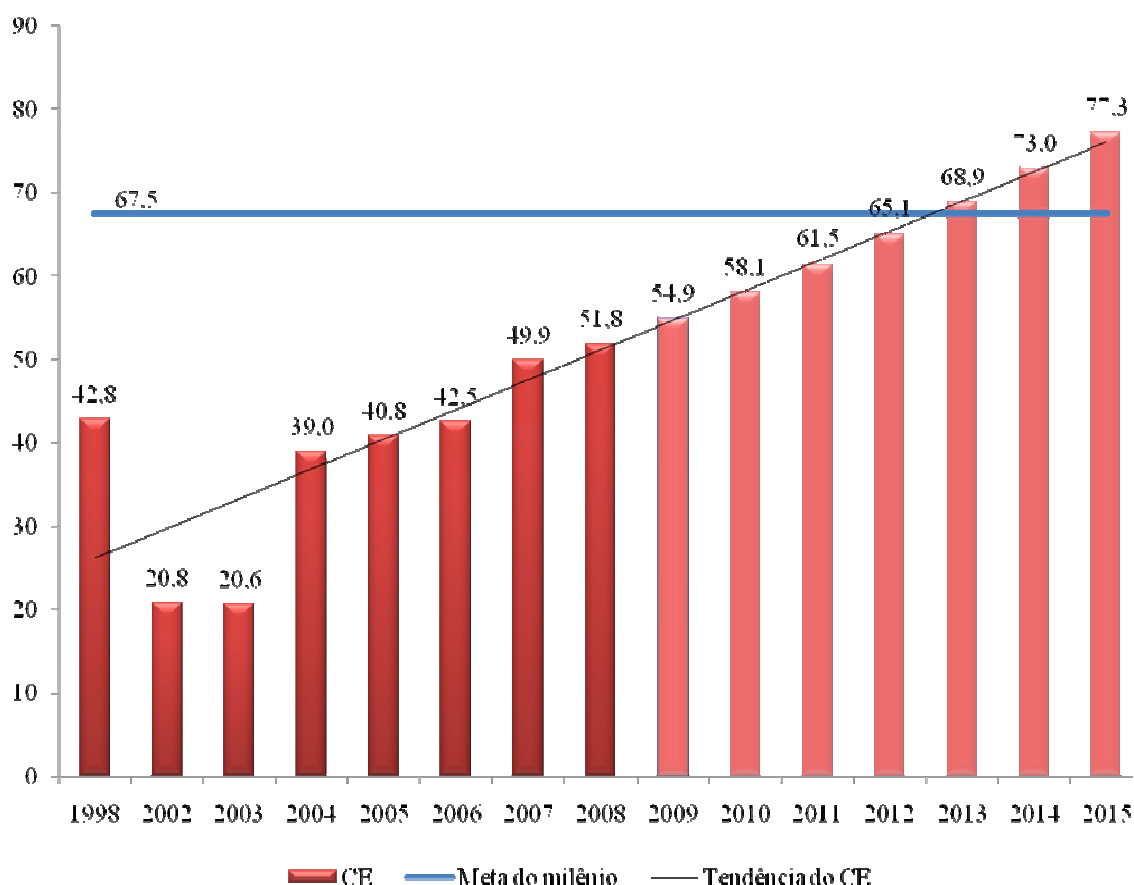


Fonte: PNAD/IBGE.

Em 1995, 35% dos domicílios no Estado possuíam esgotamento sanitário adequado, como para a água adequado foi estabelecido como meta do milênio a redução pela metade do déficit, logo o patamar idealizado foi de 67% dos domicílios com acesso a esgoto adequado.

De acordo com o Gráfico 4.3, que mostra a população beneficiada por esgotamento sanitário de 1998 a 2008 e uma projeção até 2015, tem-se que até o ano de 2008 o resultado apresentando pelo o Estado não foi suficiente para alcançar a meta estabelecida. Porém se for considerado a taxa de crescimento média dos últimos 5 anos, pode-se construir uma projeção dos resultados até 2015. Dessa maneira se o Ceará apresentar uma taxa média de 5,9% de 2009 a 2015, a meta do milênio será alcançada no ano de 2013 com 68,9% dos domicílios com acesso a esgoto adequado e 77,3% em 2015.

Gráfico 4.3: População beneficiada por esgoto adequado no Ceará de 1998 a 2008 e a meta do milênio



Fonte: PNAD/ IBGE e PNUD.

4.2 Produtos

Tabela 4.2: Indicadores de Produto

Produto/Indicador	Linhas de base - 2006/2007	Meta/Posição 2008
Ligações domiciliar de água realizadas		90.780/ 69.480
Ligações domiciliar de água efetivadas		84.208/ 68.851
Ligações domiciliar de esgoto realizadas		40.995/ 33.329
Ligações domiciliar de esgoto efetivadas		29.723/ 26.461

Fonte: Matriz de GPR – Acompanhamento e monitoramento dos indicadores de Resultados Setoriais/ Secretaria das Cidades/ SEPLAG

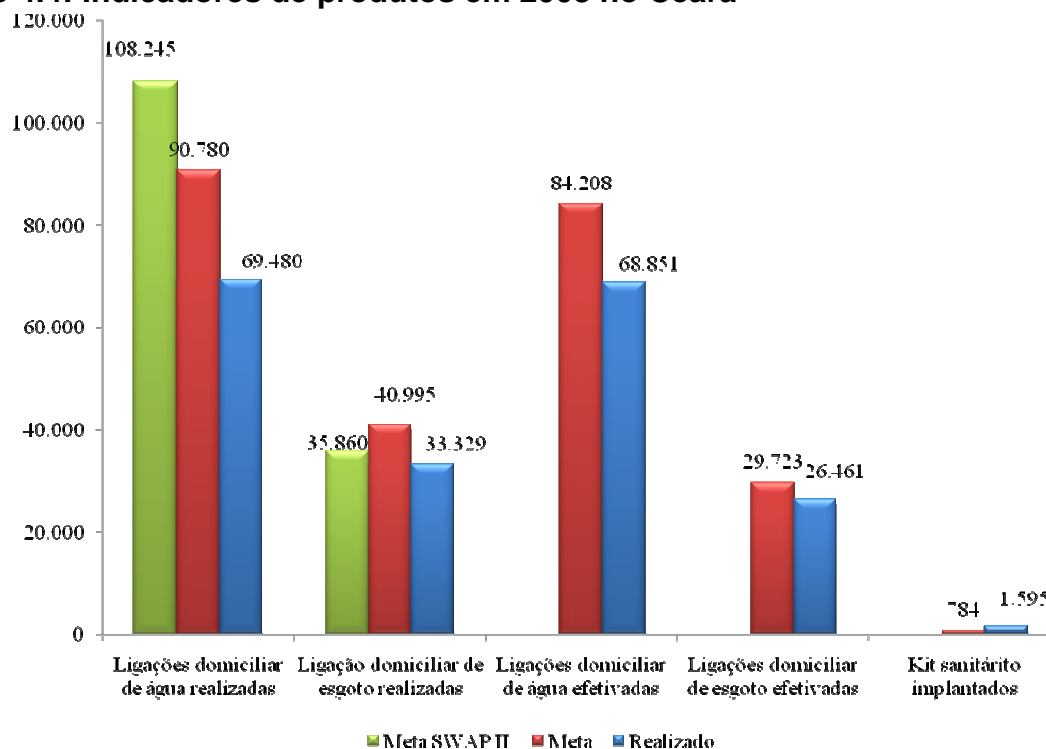
O produto realizado em 2008 ficou abaixo da meta da SEPLAG e da meta do projeto SWAP II, tanto para ligações de água quanto para ligação de esgoto. O produto ligações de água realizadas ficou 23,5% abaixo da meta SEPLAG e 35,8% abaixo da meta do projeto SWAP II. Ligações de esgoto realizado ficou 18,7% abaixo da meta SEPLAG e 7,1% da meta do projeto SWAP.

Os demais indicadores de produto não são englobados pelo projeto SWAP II, porém ficaram abaixo da meta SEPLAG com exceção do Kit sanitário implantados. Ligações domiciliar de água efetivada e ligações de esgoto efetivadas ficaram, respectivamente, 18,2% e 11% abaixo da meta SEPLAG, e como dito anteriormente kit sanitário implantado ficou 103% acima da meta estabelecida pela SEPLAG.

O Gráfico 4.4 mostra os indicadores de produto para o Ceará em 2008 e suas respectivas metas.

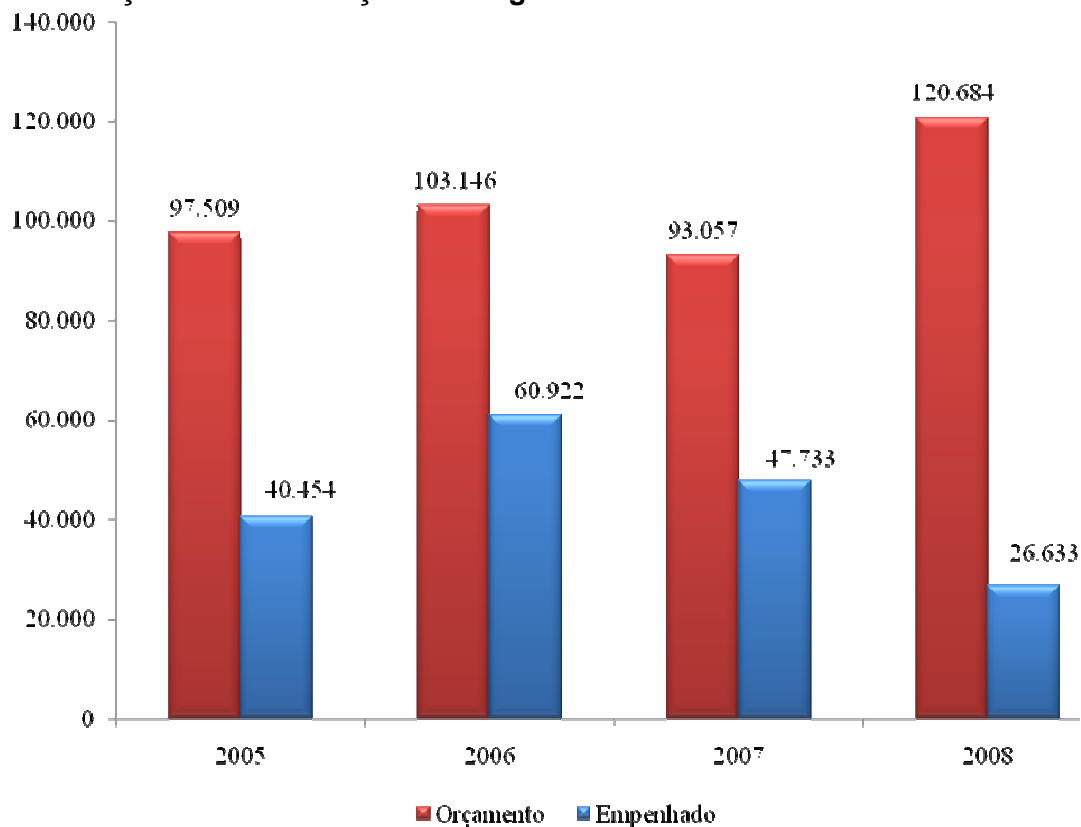
O resultado abaixo da meta dos indicadores de produto pode ser reflexo da não execução do orçamento do Programa Saneamento Ambiental do Ceará em sua totalidade desde 2005, como mostra o Gráfico 4.5. Em 2008 a foi empenhado apenas 22% do orçamento do programa. Este resultado está de acordo com relatórios elaborados pela SEPLAG, que apontam que em 2007 houve redução no volume de recursos aplicados em água e esgoto pelo Governo do Estado do Ceará.

Gráfico 4.4: Indicadores de produtos em 2008 no Ceará



Fonte: Matriz de GPR – Acompanhamento e monitoramento dos indicadores de Resultados Setoriais/ Secretaria das Cidades/ SEPLAG e Projeto SWAP II

Gráfico 4.5: Orçamento e execução do Programa Saneamento Ambiental

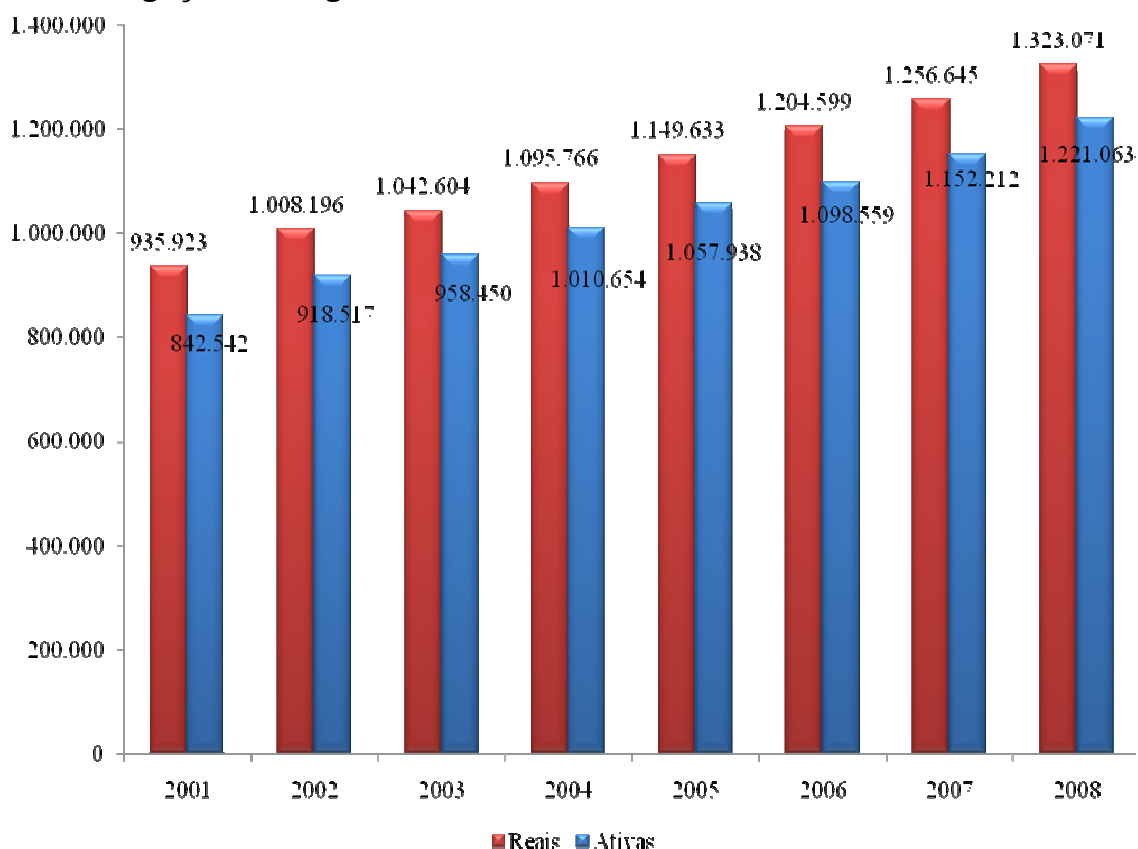


Fonte: SEPLAG – Governo do Estado do Ceará.

Entretanto, o relatório da SEPLAG também aponta que em 2007, com relação ao exercício de 2006, houve incremento do número de ligações de água realizadas tanto pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria das Cidades / CAGECE e da Secretaria do Desenvolvimento Agrário / Projeto São José, além dos SAAEs / Prefeituras Municipais.

Tanto o número de ligações reais de água quanto o número de ligações efetivadas de água apresentaram crescimento no período de 2001 a 2008, como ilustrado no Gráfico 4.6. Em 2001 existiam 935.923 ligações reais de água já em 2008 este número saltou para 1.323.071, um aumento de 41%, já as ativas apresentaram um aumento maior (45%), alcançando em 2008 1.221.063 ligações ativas, que é importante pois as ligações ativas representam os domicílios que estão fisicamente ligados à rede de água.

Gráfico 4.6: Ligações de água no Ceará de 2001 a 2008

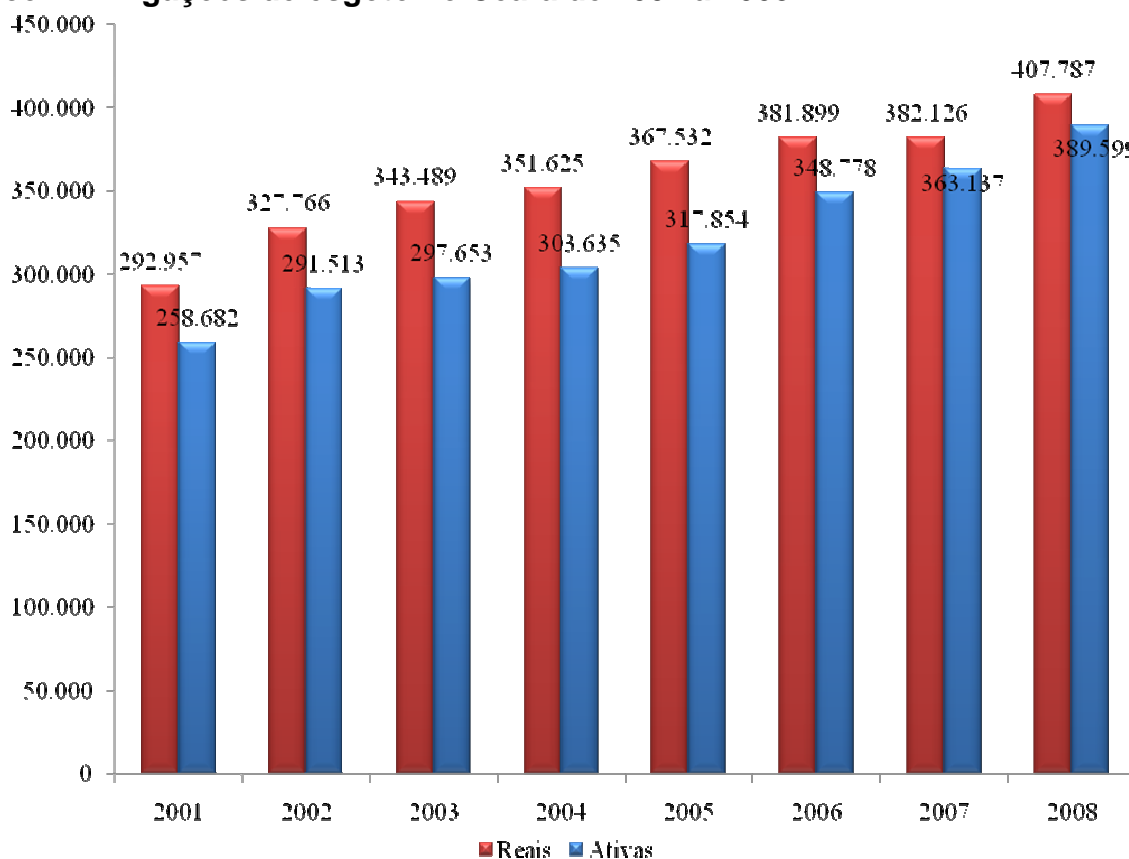


Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

As ligações reais e ativas de esgoto também seguiram uma tendência de crescimento de acordo com o Gráfico 4.7. Em 2001 as ligações reais de esgoto eram 292.957 enquanto as ativas eram de 258.682, em 2008 os valores aumentaram 39% e 51% respectivamente, o que evidencia o aumento da cobertura da rede de esgoto e, além

disso, o aumento do número de ligações ativas representa a maior inclusão da população ao esgotamento sanitário.

Gráfico 4.7: Ligações de esgoto no Ceará de 2001 a 2008



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

Ainda segundo relatório, também houve incremento do número de ligações de esgoto realizado pelo Estado através da Secretaria das Cidades / CAGECE, além dos SAAEs / Prefeituras Municipais. A visualização deste incremento nos indicadores de água e esgoto de 2007 ficou prejudicada dado que nesse exercício foram concluídos estudos de reavaliação da metodologia de apuração das coberturas de água e esgoto no Estado, os quais haviam sido iniciados em 2004. À época, haviam sido detectadas distorções nos números, sobretudo no tocante à cobertura de esgoto devido à metodologia utilizada, que considerava a média de habitantes por domicílio, fornecida pelo IBGE em seu censo de 2000. Percebeu-se que a utilização desta variável diminuía a confiabilidade dos números por não considerar o crescimento populacional e não alcançar o detalhamento em termos de distritos.

Naquele mesmo período, a CAGECE adotou nova base de dados com o objetivo de oferecer maior consistência quanto aos indicadores internos e intensificou as ações de

atualização cadastral, que geraram significativo impacto sobre os números de economias até então conhecidos. Estes estudos, concluídos em 2007, passaram a considerar, ainda, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, que permitem projeções anuais e detalham as populações dos distritos.

Assim, foram publicados, neste ano, novos números de cobertura dos serviços de água e esgotamento sanitário os quais consideram a metodologia desenvolvida e que, embora resultem em diminuição destas coberturas, alinham as informações à realidade populacional do Estado e permitem, ainda, maior consistência nas projeções de atendimento, tendo em vista os atuais investimentos em andamento no setor.

4.2.1. Cumprimento de metas de produtos

Nesta seção, são especificadas informações com relação ao cumprimento de metas estabelecidas pela gestão do programa. A fonte destas informações são os relatórios de desempenho setorial produzidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão em conjunto com a Secretaria das Cidades.

Com relação aos indicadores de acompanhamento dos produtos do programa para o esgotamento sanitário temos:

❖ **Ligação domiciliar de esgoto realizada,**

Ainda que tendo envidado esforços para atingir a meta ajustada, ao final de 2008 a CAGECE registrou a meta realizada de 68.851 ligações domiciliares de água efetivadas. Dessas ligações, 41.414 (60,15%) foram na Região Metropolitana de Fortaleza e 27.437 (39,85%) no Interior do Estado (CE exceto RMF). Foram beneficiados 282.289 habitantes.

Dessa forma, a meta realizada em 2008, de 68.851 ligações domiciliares de água efetivadas, representou 96,25% em relação a meta ajustada em 2008, de 71.531 ligações domiciliares de água efetivadas e 81,76% em relação a meta inicialmente prevista para 2008, de 84.208 ligações domiciliares de água efetivadas.

No período de janeiro a dezembro de 2008 foram realizadas 33.329 ligações domiciliares de esgoto, que representou 81,30% da meta de 40.995, prevista para 2008. Dessas ligações, 22.387 (67,17%) foram executadas na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e 10.942 (32,83%) no Interior do Estado (CE exceto RMF). Foram beneficiados 136.649 habitantes.

Os fatores que dificultaram o alcance da meta foram:

- *A não-conclusão de licitações relativas a contratos previstos para início em 2008;*
- *O não-início de obras contratadas em 2008;*
- *O não-cumprimento do cronograma de execução de obras, pelas empresas contratadas;*

- *A demora nos processos de desapropriações, nas áreas de diversas obras, que impediu a liberação dos trechos para execução;*
- *As invasões em terrenos de interesse estratégico, do ponto de vista técnico, para a CAGECE;*
- *O atraso nos cronogramas, durante a execução das obras, provocados pela necessidade de readequações em alguns projetos.*

❖ *Ligação domiciliar de esgoto efetivada,*

Em 2008 foram efetivadas 26.461 ligações domiciliares de esgoto, que representou 89,03% da meta de 29.723, prevista para 2008. Foram beneficiados 108.490 habitantes. Dessas ligações, 17.597 (66,50%), foram executadas na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e 8.864 (33,5%) no Interior do Estado (CE exceto RMF).

Os fatores que dificultaram o alcance da meta, de acordo com o Sistema de Gerenciamento de Resultados – SGR da CAGECE foram:

- *Imóveis ligados à rede coletora sem interligação;*
- *Dificuldade de conquistar novos clientes, uma vez que o preço da ligação está associado ao pagamento de tarifa de esgoto;*
- *Não recebimento de obras de esgotamento sanitário, no âmbito do projeto Alvorada;*
- *Elevação do número de ligações tamponadas;*
- *Utilização de fontes alternativas, a exemplo de fossas sépticas.*

5. Avaliações e considerações finais

Por meio do estudo do programa “Saneamento Ambiental do Ceará” pode-se verificar algumas questões relativas à própria formulação e definição dos objetivos do programa. São definidos resultados e produtos para o programa. No entanto, pensando em uma estrutura de Marco Lógico nota-se a ausência de encadeamentos de atividades ou ações e de insumos ou recursos do programa.

Nesse sentido, uma das sugestões seria readaptação da Matriz de GPR com a incorporação dos encadeamentos de atividades e recursos do programa. Entretanto, espera-se certa rigidez no que se refere a promover alterações na Matriz de GPR das secretarias. Dessa forma, uma das alternativas poderia ser a formulação de modelos lógicos para cada um dos subprogramas e projetos.

A construção de um marco lógico para cada subprograma poderia inclusive compor uma estrutura analítica do programa mais ampla do que a proposta atualmente na Matriz de GPR. No que se refere, por exemplo, aos programas de saneamento ambiental, tem-se que as ações de saneamento possuem desencadeamentos sobre diversos aspectos ambientais e de saúde, implicando em resultados e impactos que vão além dos índices de cobertura [Veja Anexo 2]. A incorporação de novos encadeamentos lógicos possibilitaria

inclusive um espaço para avaliação conjunta das secretarias responsáveis pelos programas.

Foi possível observar que alguns processos administrativos são responsabilizados em grande medida pelo não cumprimento de metas. Como exemplo teve-se a não-conclusão de licitações no período de exercício e descumprimento de cronogramas de execução de obras. Dessa forma, o acompanhamento de indicadores de gestão também poderia ser de grande valia na identificação de problemas relacionados às atividades do programa.

Outros fatores que também poderiam ser considerados no acompanhamento do programa são:

- consideração de soluções alternativas, como a adoção de fossas sépticas;
- acompanhamento de resultados e produtos específicos para as áreas periféricas e rurais, que é onde se encontram os maiores problemas relacionados ao acesso aos serviços de saneamento.

ANEXO V



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

DELIBERAÇÃO COGERF Nº 55 /2010

Dispõe sobre Relatórios de Produto-Resultado referentes ao cumprimento de indicadores de desembolso dos recursos da Operação SWAP II.

Os Secretários de Estado integrantes do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, instituído pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 1º do mencionado Decreto, e considerando a Deliberação do COGERF Nº 376/2009, de 16 de junho de 2009,

RESOLVEM:

Art. 1º. Validar os três relatórios de Produto-Resultado definidos na Deliberação do COGERF Nº 525/2009, de 03 de agosto de 2009 e elaborados pelo Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, relacionados abaixo, referente ao indicador de desembolso nº 4 dos compromissos acordados na Operação SWAP II, para o ano de 2009:

- A Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará.
- O Analfabetismo no Ceará.
- A População Beneficiada pelo Esgotamento Sanitário da CAGECE.

Art. 2º Definir os temas abaixo relacionados para elaboração dos relatórios de Produto-Resultado, referentes a meta de 2010 para o indicador de desembolso nº 4 dos compromissos acordados na Operação SWAP II:

- Meio Ambiente: Destinação Final dos Resíduos Sólidos
- Redução das Desigualdades Sociais: Empregos Formais RMF e Interior
- Redução das Desigualdades Sociais: Distribuição de Renda no Estado
- Educação: Avaliação do Desempenho da Aprendizagem
- Saúde: Atendimento à População em Consultas e Exames Especializados em Unidades Públicas do Estado

Art. 3º. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Sala de Reuniões do COGERF, em Fortaleza, 05 de abril de 2010.

Arialdo de Mello Pinho
COORDENADOR DO COGERF

João Marcos Maia
MEMBRO

Desirée Custódio Mota Gondim
MEMBRO

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
MEMBRO